

**PRISCILA VILELA STRASSBURGER**

**CONTROLE POPULACIONAL E A DOMINAÇÃO MASCULINA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Brasília – DF**

2007



**PRISCILA VILELA STRASSBURGER**

**CONTROLE POPULACIONAL E A DOMINAÇÃO MASCULINA**

Banca Examinadora:

---

Prof. Renata Rosa  
(Orientadora)

---

Prof. Raquel Boing Marinucci  
(Membro)

---

Prof. Aline Arruda  
(Membro)

**Brasília – DF**

**2007**

A Deus.

Aos meus pais e irmãos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, minha fonte de inspiração.

À Maria, modelo de mulher para minha vida.

Ao meu pai e minha mãe que me proporcionaram a realização desse sonho.

Aos meus irmãos que sempre me apoiaram.

Aos meus avós que me acolheram e me incentivaram.

Aos meus amigos e familiares que compreenderam minha ausência.

Aos que torceram e aguardaram ansiosos pela finalização e entrega deste trabalho.

Aos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a conclusão desta monografia: Thaís Medeiros, Debbie Vandover, Adrienne Walker, Mary Smith, Ivete Mendieta, Lucas Muller, Ana Karenina Macedo, Alessandro Lima, Caroline Souza, Carmem Ramirez, Cristiane Rosá, Cristine Mansur e Eduardo.

E, em especial, à minha Orientadora Renata Rosa, que me ajudou no processo de desenvolvimento deste trabalho.

*“Thank you, every woman, for the simple fact of being a woman! Through the insight which is so much a part of your womanhood you enrich the world’s undertaking and help to make human relations more honest and authentic.” (John Paul II).*

# ÍNDICE

ÍNDICE -----	vi
INTRODUÇÃO-----	7
CAPÍTULO 1 -----	9
MULHER: NAS ENTRELINHAS DA HISTÓRIA -----	9
1.1 Construção Simbólica-----	9
1.2 Violência Simbólica-----	11
1.3 A dominação sobre a mulher -----	12
1.4 Des-historicização da Dominação -----	13
1.5 Bens Simbólicos -----	14
1.6 A Mulher como “Outro”-----	15
1.7 O Modelo Masculino: Transcendência, Imanência e Igualdade -----	17
1.8 Relações de Gênero -----	19
1.9 Igualdade na Diferença -----	22
CAPÍTULO 2 -----	25
A QUESTÃO DEMOGRÁFICA INCIDINDO SOBRE A MULHER-----	25
2.1 Crescimento Populacional-----	26
2.2 Controle Populacional -----	29
2.3 Política Populacional como forma de Dominação Masculina-----	33
2.4 O corpo fazendo a diferença -----	35
2.5 Direitos Reprodutivos-----	40
CAPÍTULO 3 -----	44
O TRABALHO, A MATERNIDADE E A MULHER-----	44
3.1 Transição da Fecundidade-----	44
3.2 O Trabalho Feminino -----	46
3.2.1 Políticas adotadas no local de trabalho para facilitar a conciliação das responsabilidades familiares e profissionais -----	47
3.2.2 Licença Maternidade-----	49
3.3 Ser mulher-----	54
CONCLUSÃO -----	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	61

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é tecer uma breve análise a respeito dos direitos reprodutivos das mulheres e como esses direitos são exercidos quando a mulher está inserida no mercado de trabalho. A diferença sexual tem um forte impacto sobre a vida profissional e muitas mulheres se vêem sem a possibilidade de exercer a maternidade, devido a uma série de fatores externos que as levam a abdicar dos seus direitos de serem mãe de quantos filhos optarem.

Como se sabe, um tema amplamente discutido nas Relações Internacionais é a desigualdade de gênero. Diversas medidas internacionais já foram tomadas na tentativa de minimizar as diferenças e discriminações entre os sexos. A violência contra a mulher, ainda que somente psíquica ou moral, vem de milhares de anos e se apresenta nas mais diversas sociedades. A natureza inferior da mulher – biológica e moral – a torna indigna de equidade com os homens, aparecendo como imperfeita e muitas vezes sem qualquer valor. Desta forma, as mulheres estariam subordinadas aos homens, que tidos como mais perfeitos, sabem decidir o que é melhor.

Transformações sociais profundas fizeram do que era uma obrigação uma questão de escolha. A entrada no mercado de trabalho, as políticas de controle de natalidade e a conseqüente redução das famílias levou a mulher a considerar a maternidade não mais como meramente biológica, mas algo determinado pelo contexto social e histórico. O direito de escolher ser mãe ou não foi adquirido. No entanto, atualmente, a maior parte das políticas de controle da reprodução são implementadas como assunto estatal de forma que a saúde das mulheres é afetada por decisões alheias aos seus interesses.

Sendo julgada como menos capaz, a mulher sofre discriminações no campo de trabalho, muitas vezes trabalhando somente no campo informal ou em cargos iguais aos homens, porém com salários mais baixos. Soma-se a isso a mentalidade ainda muito presente da necessidade das mulheres serem como os homens, esquecendo-se de compatibilizar o profissional com a esfera familiar, rompendo também o velho padrão de mulher na esfera privada e homem na pública.

Para uma apresentação detalhada desses argumentos, esta monografia está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda quatro teorias as quais irão tratar da relação entre o homem e a mulher, na forma de dominação masculina que sempre prevaleceu, seu

enquadramento na categoria de transcendência, a hierarquização dos sexos e a relação de igualdade na diferença. Os autores das teorias abordadas são: Pierre Bourdieu, que sugere pensar na dominação sobre as mulheres baseado na desigualdade dos sexos culturalmente imposta; Simone de Beauvoir, que propõem a mulher vista como o “Outro”; Joan Scott, que analisa de forma teórica e analítica o termo gênero, buscando uma construção diferente daquela “masculino versus feminino”; e por fim, Françoise Collin, que elabora a teoria de um novo feminismo baseado na vivência das diferenças entre os sexos ainda que com igualdade.

O segundo capítulo trata da questão demográfica e o controle populacional: a origem do crescimento populacional acelerado, como surgiu o controle demográfico, as formas de controle, as políticas populacionais e ações internacionais a respeito desse tópico. Também aborda a questão da dominação masculina sendo exercida através desse controle e a maneira como a diferença do sexo sempre influenciou essa dominação. Os direitos reprodutivos são também abordados.

O terceiro capítulo introduz um debate acerca do papel da mulher na sociedade, mensurando o impacto da maternidade sobre o engajamento da mulher no mercado de trabalho, afetando diretamente as taxas de fecundidade. Analisa-se as oportunidades que se dá para a mulher optar livremente por ter ou não filhos, as condições de levar uma dupla jornada entre a vida familiar e a profissional.

# CAPÍTULO 1

## MULHER: NAS ENTRELINHAS DA HISTÓRIA

Neste capítulo, serão abordadas quatro teorias que fazem referência à situação de subordinação e/ou inferioridade da mulher em relação ao homem nos mais diversos aspectos.

Pierre Bourdieu<sup>1</sup> apresenta a teoria da violência simbólica, utilizada para analisar a forma como a desigualdade entre os sexos permanece nas sociedades atuais e como se estabelecem as relações de dominação e submissão.

Simone de Beauvoir<sup>2</sup>, em seu livro “O Segundo Sexo” expõem uma teoria da mulher como o “Outro”. Sugere que os indivíduos estão enquadrados em duas categorias: uma de imanência e outra de transcendência. Aborda ainda uma análise sobre a igualdade.

Joan Scott<sup>3</sup> faz um estudo acerca do termo gênero, afirmando que não basta a conceitualização descritiva, mas se fazem necessárias também as formulações teóricas e a perspectiva analítica, rejeitando o binômio masculino/feminino. Analisa a história política relacionada às mulheres.

Françoise Collin<sup>4</sup> propõe em seu livro “Práxis de la différence” um novo feminismo, onde se busca a liberdade feminina da dominação masculina através do direito da diferença. Uma teoria em prol da igualdade na diferença.

### 1.1 Construção Simbólica

Pierre Bourdieu trata da dominação do masculino sobre o feminino como presente no processo evolutivo histórico do ser humano. Ele constata que esta dominação está corporificada, sendo tanto os homens quanto as mulheres vítimas. O corpo, portanto, é onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que se encontra a primeira forma de identificação do ser humano – somos homens ou mulheres. Sendo assim, o fato de ser dominado ou dominador está definido pelo sexo. O corpo é a materialização da dominação, é o “locus” do exercício do poder. Seguindo esse raciocínio:

---

<sup>1</sup> Pierre Bourdieu. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

<sup>2</sup> Simone de Beauvoir. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>3</sup> Joan Scott. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

<sup>4</sup> Françoise Collin. *Práxis de la différence*. Paris: Les Cashiers du Grief, 1992.

*“a simples observação dos órgãos externos ‘diagnostica’ uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes” .<sup>5</sup>*

Segundo Bourdieu, efetuou-se a naturalização da construção social tendo por base a definição social do corpo. Para ele, a construção simbólica:

*“se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos ( e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero – e em particular todas as virtualidades biologicamente inscritas no “perverso polimorfo” que, se dermos crédito a Freud, toda criança é – para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina.”<sup>6</sup>*

Não são as necessidades biológicas, portanto, que determinariam a ordem natural e social, mas estas mesmas seriam fruto da construção facultativa do biológico, particularmente do corpo, dos seus usos e funções, dando um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica<sup>7</sup> da divisão do trabalho sexual e da divisão do trabalho.

O autor denomina *habitus* como sendo *“matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos, que sendo universalmente compartilhados, impõe-se a cada agente como transcendentales”<sup>8</sup>*. Ele afirma que há duas classes de *habitus* diferentes que dividem as relações de dominação e de exploração entre gêneros, de formas opostas e complementares, levando a classificação de todas as coisas do mundo e todas as práticas à oposição entre masculino e feminino: *“Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares [...] As mulheres, pelo*

---

<sup>5</sup> Débora Thomé Sayão, *Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michéle Perot e Pierre Bourdieu*. Inc Revista Perspectiva, v.21 n.01. Florianópolis: Editora da NUP/CED, 2003. p. 122

<sup>6</sup> Bourdieu, op. cit., p. 33

<sup>7</sup> Para Lobo “A condição humana é identificada com a condição de vida do homem adulto do sexo masculino. O preconceito androcêntrico torna a vida feminista invisível [...], e coloca a mulher, do ponto de vista conceitual, à margem da antropologia geral.” (LOBO, 1997)

<sup>8</sup> Bourdieu, op. cit., p.45

*contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos...<sup>9</sup>*”

## 1.2 Violência Simbólica

Heise e et al. (JESÚS, 2003) define a violência contra a mulher como:

*“todo acto de fuerza física o verbal, coerción o privación amenazadora para la vida, dirigida al individuo mujer o nina, que cause dano físico o psicológico, humillación o privación arbitraria de la libertad y que perpetue la subordinación femenina”.*

Desta forma, Heise vê uma distinção entre atos de violência e uma política danosa que podem ser prejudiciais à saúde das mulheres como grupo, além da perpetuação da subordinação feminina referindo-se às conseqüências sócias da violência<sup>10</sup>.

Rachel Soihet define a violência simbólica como sendo uma violência sutil, engenhosa e que mascara grandes desigualdades. Ela ressalta que, com o avanço da civilização entre os séculos XVI e XVIII, houve um recuo da violência física sendo substituída pelas lutas simbólicas<sup>11</sup>.

Bourdieu vê na dominação masculina o exemplo de relação subjugação-submissão, e este dualismo caracteriza a violência simbólica. Para ele, essa violência seria um ato simplesmente “espiritual”, despercebido e, incontestavelmente sem efeitos reais. Ela é descrita por ele como sendo uma violência “doce” e quase invisível. Entende-se por simbólico a anterioridade do real e do concreto. Essa violência simbólica seria, então, pré-reflexiva ou pré-consciente sem importar se foi coagido ou consentido.

*“ A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu ‘poder hipnótico’ a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem<sup>12</sup>. ”*

---

<sup>9</sup> Bourdieu, op. cit., p. 41

<sup>10</sup> Antônia de Jesús. *Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde*. Disponível em: <http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1997/tuestaajam/capa.pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2007.

<sup>11</sup> Rachel Soihet. *Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo*. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text34.PDF> Acesso em: 24 de outubro de 2007.

<sup>12</sup> Bourdieu, op.cit., p. 54

A violência simbólica vai ocorrendo quase sem que se perceba, fazendo as relações de dominação serem incorporados pelos dominados de forma quase natural. Por seu caráter sutil e invisível acabam por parecer algo dado e não questionável.

### **1.3 A dominação sobre a mulher**

Bourdieu afirma que a violência simbólica reúne todas as condições para o exercício da dominação masculina. O *habitus* molda as condições, percepções, pensamentos e ações de toda sociedade e assim, como são partilhados universalmente acabam parecendo naturais.

*“ Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos do habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma<sup>13</sup>. ”*

A dominação só pode ser entendida, segundo o mesmo autor, se estivermos atentos aos efeitos duradouros da ordem social. E para vencer a violência simbólica não bastam as armas da consciência e da vontade, pois seus efeitos estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos, sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc.) e emoções corporais (vergonha, humilhações, timidez, ansiedade, culpa). Estes podem se tornar manifestações físicas (enrubescer, gaguejar, desajeitamento, tremor, raiva, etc.) que são formas de submeterem-se, mesmo contra a vontade, à dominação.

Para Bourdieu as dominadas contribuem para sua própria dominação, sendo este um ponto polêmico acerca de sua teoria. Elas participam do processo de dominação já pelo simples fato de não saberem que são dominadas. Assim, o não reconhecimento por parte das mulheres das estratégias de dominação situadas na região do simbólico faz com que elas aceitem e mesmo contribuam para essa dominação.

---

<sup>13</sup> Bourdieu, op.cit., p. 49

## 1.4 Des-historicização da Dominação

Bourdieu investiga os mecanismos (históricos) de des-historicização que eternizam as estruturas sociais. Ele aponta para a possibilidade de mudança na estrutura de poder, a partir de um trabalho histórico atento à des-historicização, ou, à história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde o surgimento dos homens e das mulheres, onde a ordem masculina se vê reproduzida através dos tempos.<sup>14</sup>

O autor afirma que não basta descrever as mudanças dos gêneros ou das condições das mulheres no decorrer do tempo. É objeto da história das relações entre os sexos a história das combinações sucessivas de mecanismos estruturais (como os que asseguram a reprodução da divisão sexual do trabalho) e de estratégias, que por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram ao longo da história, por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos. É necessário analisar a história desses agentes e instituições que querem garantir essas permanências, como o Estado, Igreja, Escola, Família, etc. Estes agem no sentido de manter um estado de coisas, reproduzindo as relações de poder existentes na sociedade.

A maior mudança está no fato de a dominação masculina, muitas vezes, não se impor, como uma evidência que nunca pressupõe defesa, resultado, a seu ver, de transformações na condição feminina, experimentada em especial por uma fatia mais favorecida da sociedade. Exemplos dessas transformações são o acesso à esfera pública, ao ensino superior, ao trabalho assalariado, entre outros. Destaca as modificações que interferem com a “função da instituição escolar na reprodução da diferença entre gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (...) contribuem para quebrar a *doxa* e ampliar o espaço das possibilidades em matéria de sexualidade<sup>15</sup>.”

---

<sup>14</sup> Bourdieu, op.cit., p. 101

<sup>15</sup> Bourdieu, op. cit., p. 107-8

## 1.5 Bens Simbólicos

Um fator determinante da perpetuação das diferenças é a permissão que a economia de bens simbólicos dá à dominação masculina nela perpetuar-se, contando mais do que as transformações dos modos de produção econômica.

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens<sup>16</sup>.

As mulheres ficaram muito tempo apenas no universo doméstico e nas atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência, excluídas do universo dos assuntos públicos e econômicos. Eram tratadas como meio de troca, verdadeiros investimentos, onde os homens acumulavam capital social e capital simbólico através do matrimônio. E ainda hoje são as mulheres que contribuem decisivamente para a produção e reprodução do capital simbólico da família.

As disposições femininas no mercado de bens simbólicos são peculiares, uma vez que o seu aparecer sensível é maior nas mulheres que nos homens, mais especificamente o “físico”, em relação a propriedades menos sensíveis como a linguagem. Assim, a aparência e os trajes femininos tendem a exaltá-la e fazer do corpo uma linguagem de sedução enquanto a dos homens apagam o seu corpo realçando o signos sociais de posição social.

Estando, assim, socialmente levadas a tratar a si próprias como objetos estéticos e, por conseguinte, a dedicar uma atenção constante a tudo que se refere à beleza, à elegância do corpo, das vestes, da postura, elas têm naturalmente a seu cargo, na divisão do trabalho doméstico, tudo que se refere à estética e, mais amplamente, à unidade doméstica, dos filhos, obviamente, mas também do esposo, que lhes delega muitas vezes a escolha de sua indumentária. São também elas que assumem o cuidado e a preocupação com a decoração na vida quotidiana, da casa e de sua decoração interior,

---

<sup>16</sup> Bourdieu, op cit., p.55

da parte da gratuidade e da finalidade sem fim que aí tem sempre lugar, mesmo entre os despossuídos.<sup>17</sup>

Este papel exercido pela mulher na gestão do capital simbólico da família acaba sendo transportado para a área de trabalho, onde as mulheres ficam com cargos muitas vezes inferiores e com menos poder ou atividades ligadas ao aumento do capital social de relações e do capital simbólico da empresa. Em sua conclusão Bourdieu afirma que:

*“Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto em mulheres como em homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (...) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos e instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina<sup>18</sup>.”*

## 1.6 A Mulher como “Outro”

*“O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro<sup>19</sup>”*. Em seu livro O Segundo Sexo Beauvoir expõem duas idéias principais. Uma é que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A outra é que “em todas as sociedades, a mulher sempre foi vista como o Outro”.

Beauvoir protesta contra a subordinação feminina. Seu trabalho não foi nada comum para a época em que foi escrito e serviu de marco para o início do feminismo. Ela interpreta o passado à luz do presente e busca um futuro para a mulher no modelo masculino.

Hegel afirma que devem ser diferentes os dois sexos: um será ativo e o outro passivo e instintivamente a passividade caberá à fêmea. Conforme suas palavras:

*“ O homem é assim, em consequência dessa diferenciação, o princípio ativo, enquanto a mulher é o princípio passivo porque permanece dentro da sua unidade não desenvolvida<sup>20</sup>”*.

Para Beauvoir:

*“ O Homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar seres humanos (...). A mulher*

---

<sup>17</sup> Bourdieu, op cit., p. 119

<sup>18</sup> Bourdieu, op.cit., p.139

<sup>19</sup> Beauvoir, op. cit., p.10

<sup>20</sup> Hegel apud Beauvoir, op. cit., p. 30

*aparece como sendo o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade<sup>21</sup>”..*

Segundo a autora, a humanidade é masculina e o espaço existente entre os dois sexos constitui um contexto cultural no qual o homem tem a vocação de ser um indivíduo autônomo, enquanto a mulher está determinada a se ver somente em relação ao homem, definindo a mulher não em si, mas relativamente a ele<sup>22</sup>. *“Toda educação da mulher deve ser relativa ao homem...”<sup>23</sup>”*

O homem é tido como Sujeito e a mulher é categorizada como o “Outro”. A identificação da própria consciência, além e contra a existência de outra consciência é a fundação da relação entre cultura e humanidade. Beauvoir considera que a mulher assumiu a condição de “Outro” exigida dela pela cultura e falha ao afirmar a si mesma como uma pessoa livre e autônoma exigindo reciprocidade de um outro em sua vida.

*“ O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja, daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado. Para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela, a fêmea é o inessencial perante o essencial<sup>24</sup>”.*

Segundo Beauvoir, toda história das mulheres foi feita pelos homens. Na Idade da Pedra, o caráter rudimentar da pá, da enxada primitiva, limitava o trabalho da mulher. Enquanto o homem pesca e caça, a mulher permanece no lar, mas as tarefas domésticas muitas vezes comportam um trabalho produtivo: fabricação de vasilhames, tecelagem, jardinagem, etc. Um trabalho intensivo é necessário para desbravar florestas e tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. Aparece a propriedade privada: o homem torna-se senhor dos escravos e da terra. O homem torna-se também proprietário da mulher. Para Beauvoir, nisto consiste “a grande derrota histórica do sexo feminino<sup>25</sup>”. Durante a Idade Média, a mulher se encontra em absoluta dependência do pai ou do marido; entre os séculos XV e XIX, as regras permaneceram ainda tão rigorosas quanto na Idade Média, mas com algumas realizações positivas para as mulheres. No século XIX, o socialismo tira a mulher da família e favorece-lhe a libertação. É aí que socialistas utópicos como Saint-

---

<sup>21</sup> Beauvoir, op. cit., p. 9

<sup>22</sup> Beauvoir, op.cit., p. 10

<sup>23</sup> Pousseau apud Beauvoir, op. cit., p. 140

<sup>24</sup> Beauvoir, op. cit., p. 10

<sup>25</sup> Beauvoir, op. cit., p.74

Simon, Fourier e Cabet idealizam a mulher-livre. Na Revolução Industrial, com as máquinas, a diferença física é diminuída e em muitos casos anulada e, neste contexto, a mulher se insere no mercado de trabalho.

A emancipação da mulher só começou recentemente, segundo Beauvoir. Agora é que está nascendo a mulher livre.

### **1.7 O Modelo Masculino: Transcendência, Imanência e Igualdade**

Em um contexto de pessoa (considerando o homem como essa pessoa) e escolha a autora fornece a teoria sobre a mulher e a cultura, delineando uma posição singular da mulher e do homem na cultura. Ao fornecer essa teoria, Beauvoir sugere que os indivíduos estão enquadrados em duas categorias<sup>26</sup>: a categoria mulher está sujeita a uma vida de condições impostas pelos homens (imanência<sup>27</sup>), enquanto a categoria homem, estes estão predispostos a se envolver em projetos como um problema de curso (transcendência).

*“ Cada vez que a transcendência cai na imanência, há degradação da existência ‘em si’, da liberdade em facticidade; essa queda é uma falha moral, se consentida pelo sujeito. Se lhe é infligida, assume o aspecto de frustração ou opressão. Em ambos os casos, é um mal absoluto. Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência, sente-a como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-lo objeto, voltá-lo à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana<sup>28</sup>”.*

Esse pensamento relacionando transcendência e imanência está pressupondo o sujeito masculino como o modelo central. “Transcendência”, de acordo com Beauvoir, é tudo que é bom e que vale à pena, criativo, produtivo e essencialmente humano: transcendência é o que difere humanos de animais e cultura de natureza. É, no entanto, segundo seu pensamento, inatamente masculino.

Como contrário a essa atividade criativa, “imanência” seria a passividade e repetição, o trabalho diário de cuidar da casa, ter filhos e amamentar estão incluídos: *“The woman who gave birth (...) did not know the pride of creation; she felt herself a*

---

<sup>26</sup> Beauvoir, op. cit., p.9

<sup>27</sup> Beauvoir, op.cit., p. 34

<sup>28</sup> Beauvoir, op. cit., p.23

*play-thing of obscure forces, and the painful ordeal of childbirth seemed a useless and even troublesome accident. But in any case, giving birth and suckling are not activities, they are natural functions; no project is involved; and that is why woman found in them no reason for a lofty affirmation of her existence – she submitted passively to her biological fate<sup>29</sup>*”. Portanto, para Beauvoir, a maternidade é naturalizada e tornada trivial, uma submissão passiva à natureza e biologia.

*“it is not in giving birth but in risking life that man is raised above the animal; that is why superiority has been accorded not to the sex that brings forth...<sup>30</sup>”*

Beauvoir acredita que a forma da mulher ir em frente seria se tornar parecida ao homem o máximo possível. A igualdade de gênero é definida em termos masculinos: *“The ‘modern’ woman accepts masculine values. She prides herself on thinking, taking action, working, creating on the same terms as men; instead of seeking to disparage them she declares herself their equal<sup>31</sup>”*. Desta forma o homem é o modelo a se seguir. O homem acaba sendo o parâmetro para tudo. O que se busca é se como os homens, ele é a norma.

Ao mesmo tempo em que a autora diz que a mulher não é determinada pelo biológico e sim socialmente, ela descreve com crítica o corpo feminino. Sua capacidade de engravidar, ter filhos, amamentar nunca é visto como um potencial positivo, como uma fonte de prazer e orgulho, mas como um peso, quase algo que inferioriza a mulher.

*“ For Beauvoir women are the slaves of the species. Every biological process in the female body is a ‘crisis’ or a ‘trial’, and the result is always alienation. Her list of troubles and pains experienced during menstruation is impressive, to say the least, ranging from high blood pressure, impaired hearing and eyesight to unpleasant smells, destabilization of the central nervous system, abdominal pains, constipation and diarrhea (Second Sex 61). But the discomfort of menstruation pales in comparison to gestation. (...) Pregnancy, childbirth and breastfeeding all undermine the woman’s health and even put her life at risk: “Childbirth itself is painful and dangerous (...) Nursing is also an exhausting obligation (servitude); (...) the nursing mother feeds the newborn at the expense of her own strength”(Second Sex 62-63)<sup>32</sup>.*

---

<sup>29</sup> Simone de Beauvoir, *The Second Sex*. London: Vintage Classics, 1949/1997. p. 94

<sup>30</sup> Beauvoir, op. cit., p. 95

<sup>31</sup> Beauvoir, op. cit., p. 727

<sup>32</sup> Toril Moi and Simone de Beauvoir. *The making of an intellectual woman*. Oxford: Blackwell Publishers: 1994. p. 165

A idéia seria a mulher ir contra seu corpo, na busca pela transcendência. Para a autora *“it is difficult to determine to what extent woman’s physical constitution handicaps her<sup>33</sup>”*.

Seria necessário, segundo Beauvoir, para sobrevir a essa “deficiência”, minimizá-la com os meios que vêm crescendo, como o desenvolvimento industrial e oportunidades de trabalho para mulheres e contraceptivos e outros tipos de tecnologias reprodutivas.

A procriação, então, é vista como uma forma de escravidão. Livrando-se das servidões da reprodução, pode desempenhar o papel econômico que se lhe propõe e lhe assegurará a conquista total de sua pessoa. A conciliação de seu papel de reprodutora com seu trabalho produtor torna-se um dos problemas essenciais a respeito da mulher.

## **1.8 Relações de Gênero**

Na sua acepção gramatical, o termo gênero designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas, mas a partir do feminismo ganhou outra conotação, enfatizando a noção de cultura e situando na esfera social. Desta forma, diferencia-se do conceito de “sexo”, que é biológico e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino.

A historiadora Joan Scott enfatiza a importância da noção de gênero usado para teorizar a questão da diferença sexual. Acentua a necessidade de se ultrapassar o uso apenas descritivo do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas. Ela afirma que as feministas começaram a usar o conceito de gênero para referir-se à organização social entre os sexos e mais tarde usavam-no para enfatizar o caráter fundamentalmente social das diferenças sobre sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos “sexo” ou “diferença sexual”.

Os estudos centrados nas mulheres precisou ser revista e apareceu a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens. Ela exige a análise da relação entre experiências femininas e masculinas no passado, bem como a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais<sup>34</sup>. O mundo das mulheres e dos homens não são esferas separadas, um faz parte da história do outro.

---

<sup>33</sup> Beauvoir, op. cit., p. 706

<sup>34</sup> Scott, op. cit., p.3

O termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais”, ou seja, criações sociais de idéias sobre o papel adequado ao homem e à mulher. Gênero, segundo essa descrição, é uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.

Na definição de Scott, gênero é:

*“um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder<sup>35</sup>.”*

A autora diz que essas duas proposições estão intrinsecamente relacionadas. A direção da mudança não segue necessariamente um único sentido, mas as mudanças nas relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder.

Scott historiciza o conceito de gênero, buscando o modo pelo qual o mesmo legitima e constrói as relações sociais. Para ela, essa seria a maneira de compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade, assim como as maneiras particulares e situadas em contextos específicos, pelos quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Era necessário, para Scott, fornecer uma perspectiva analítica poderosa, além das formulações teóricas. Assim, a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino/feminino” e a importância de sua historicização e “desconstrução” revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas, devem ser apontadas nos estudos sobre gênero<sup>36</sup>.

Scott diz que no seu uso descritivo, gênero é visto em trabalhos onde as relações entre os sexos são mais evidentes, como as mulheres, as crianças, as famílias, etc. Não se vêem temas como a diplomacia, a guerra e a alta política. Isso torna irrelevante, para os historiadores que trabalham sobre o político e o poder, a análise do gênero. Resulta disso uma visão funcionalista baseada na biologia e a continuidade da separação das esferas na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens.

A historiadora francesa Louise Tilly<sup>37</sup> também é crítica em relação ao caráter excessivamente descritivo dos estudos da história das mulheres. Ela defende que se

---

<sup>35</sup> Scott, op. cit., p. 75

<sup>36</sup> Scott, op. cit., p. 16

<sup>37</sup> Louise Tilly. *Gênero, história das mulheres e história social*. In: Cadernos Pagu . Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, 1994.

deve tomar o gênero como uma categoria de análise, com uma conceitualização que possa questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica.

A política, segundo Scott, é um dos domínios nos quais o gênero pode servir para a análise histórica. Escolhe a política e o poder relacionado ao governo e ao Estado Nação. Para ela, a história política teve uma das maiores resistências à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero, que não eram vistos como negócios sérios da verdadeira política. Acredita que uma nova história emergirá com o aprofundamento da análise dos usos do gênero para justificativa ou explicação de posições de poder. Isso redefinirá questões antigas, introduzindo considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra, por exemplo. As mulheres serão vistas como participantes ativas e uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nova terminologia será estabelecida<sup>38</sup>.

Rachel Soihet<sup>39</sup>, acredita que a análise de Scott é de extrema relevância, porém, considera que a partir do modelo proposto, alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação da mulher ficam dificilmente perceptíveis. Ela propõe que não se aborde somente o domínio público, mas também o privado.

Segundo a autora, é preciso ressaltar:

*“a necessidade de se buscar às mulheres nos domínios nos quais ocorriam maior evidência de participação feminina, explicitando-se as categorias do masculino e do feminino, via de regra, abafadas sob um neutralismo sexual que, unicamente, beneficiava o mundo masculino. Os estudos sobre a sociabilidade feminina que deram lugar a importantes trabalhos sobre o lavadouro, o forno, o mercado, a casa, assim como os estudos sobre os tempos marcantes da vida, tomando como objetos o nascimento, o casamento, a morte são destacados. Portanto, aqui distanciam-se de Scott, pois ressaltam no esforço de se buscar as mulheres como agente histórico, aproximar-se dos domínios nos quais ocorrem maior evidência de participação feminina. Daí não se aterem unicamente à esfera pública -objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas.”<sup>40</sup>*

Assim, dá-se a emergência do privado e do cotidiano. Emergem os segmentos subalternos e das mulheres. Mas o político não está afastado dessa esfera, onde se desenvolvem diversas relações de poder.

---

<sup>38</sup> Scott, op. cit., p. 14

<sup>39</sup> Rachel Soihet. *História das Mulheres e Relações de Gêneros: algumas reflexões*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF> Acesso em: 31 de outubro de 2007.

<sup>40</sup> Ibidem

Ela contrapõem-se à visão que busca a explicação da relação entre os sexos, como apenas dominação e opressão, focadas na supremacia masculina, desconsiderando a complexidade da questão. Para Soihet:

*“Admitir isso significaria esquecer os numerosos componentes recolhidos, de maneira pertinente, dos estudos ditos culturais. Nesse sentido, com base nos mencionados estudos sobre a sociedade rural do século XIX, argumentam acerca do controle exercido pelas mulheres das práticas destinadas a ajudar a comunidade inteira a passar da vida à morte, evidência de que eram, igualmente, dotadas de poder, “cuja análise deve reorientar o debate geral e abrir novas interseções de leitura”. Evitar-se-ia, dessa forma, uma visão paralisante, permitindo-se dar conta do conjunto movediço das muitas realidades. Além disso, o foco nos poderes femininos constituir-se-ia numa conquista da mais elevada significação marcando, não apenas, o enriquecimento de uma leitura da esfera privada em termos de poder, como fornecendo uma análise da confrontação, real e simbólica, entre a vida privada e a vida pública.”<sup>41</sup>”*

Soihet diz que as historiadoras com essa linha de pensamento evitam ter como único terreno de confronto o binômio dominação/subordinação. A atuação feminina se faz sentir, apesar da dominação, *“através de complexos contra-poderes: o poder maternal, o poder social, poder sobre outras mulheres, “compensações” no jogo da sedução e do reinado feminino<sup>42</sup>.”*

O público e o privado deveriam ser estudados, desta forma, como uma unidade, diferente do tradicional “privado versus público”. No entanto, não se deve esquecer da violência e da desigualdade que marcam a relação entre os sexos. O fato de haver uma complementariedade na divisão sexual das tarefas não exclui uma hierarquização dos papéis exercidos por mulheres e homens. Reiteram a existência da dominação masculina, porém *“a ‘dominação masculina’ não é mais uma constante sobre a qual toda reflexão tropeçaria, mas a expressão de uma relação social desigual que pode desvendar engrenagens e marcar especificidades de diferentes sistemas históricos.”<sup>43</sup>”*

## **1.9 Igualdade na Diferença**

O conceito de gênero pode ser empregado na categoria histórica bem como na categoria política, onde se pode analisar uma nova perspectiva de transformação e interpretação da realidade social baseado na questão da igualdade e da diferença.

---

<sup>41</sup> Ibidem

<sup>42</sup> Ibidem

<sup>43</sup> Ibidem

Faz parte da história da humanidade a questão da diferença, sendo na modernidade que esse tema ganha maior relevância como objeto de análise. Vê-se essa questão em discursos filosóficos, biológicos, científicos, psicológicos, antropológicos, religiosos e sociais.

Segundo Pierucci<sup>44</sup>, foi a direita, mais exatamente a extrema direita do final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, quem primeiro apregoou a certeza de que os seres humanos não são iguais porque não nascem iguais e como tal não podem ser tratados como iguais. Isso surgiu como reação ao ideal de igualdade e fraternidade defendido pela Revolução Francesa. Hoje novos movimentos sociais (das mulheres, dos negros, dos homossexuais, etc.) defendem as diferenças. Ao tematizar o “direito à diferença”, esses movimentos sociais propõem novos imperativos categóricos para o “respeito às diferenças”, a “preservação das particularidades culturais”, a “irredutibilidade das experiências de gênero” entre outras.

A questão da diferença entre os sexos desenvolveu-se principalmente entre duas perspectivas: a essencialista e a culturista. Os essencialistas defendem a existência de uma “essência feminina”, exaltando a diferença sexual. Já o discurso culturista diz que provêm da socialização e da cultura as diferenças sexuais. Afirmam que a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria essas diferenças.

Mas uma nova perspectiva foi desenvolvida pela feminista francesa Françoise Collin. Ela reúne os conceitos antagônicos de igualdade e diferença, criando uma categoria que não apenas respeita como precisa das diferenças. A proposta de Collin é pensar a diferença em três níveis: entre o sujeito-mulher e a sua condição de mulher; entre as mulheres; e entre as mulheres e o mundo dos homens. Quanto ao primeiro, afirma que a mulher não se reduz à sua feminilidade, sendo ela um ser heterogêneo. Sobre a diferença entre as mulheres aponta para a necessidade de construir um novo tipo de sociabilidade entre elas, que incorpore e articule as diferenças. Em relação à diferença entre as mulheres e o mundo dos homens, acentua a necessidade de uma nova forma de compreensão dessa relação.

Collin defende a incorporação, em um diálogo contínuo, da igualdade e das diferenças sem negá-las, num constante jogo dialético em que a pluralidade e o diálogo são os princípios fundamentais. Assim como Scott, ela defende a desconstrução da oposição binária igualdade/diferença, defendendo que a própria antítese igualdade

---

<sup>44</sup> Antonio Flavio Pierucci. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.7-33

versus diferença oculta a interdependência dos dois termos, já que a diferença não impede a igualdade e tampouco a igualdade é a eliminação das diferenças. Para Scott, uma vez desconstruída essa antítese, será possível sustentar que os seres humanos nascem diferentes e que a igualdade reside na diferença. Esse discurso da diferença macho-fêmea oculta as diferenças entre as mulheres (e entre os homens), no caráter, no comportamento, no desejo, na subjetividade, na sexualidade, na identificação de gênero e na experiência histórica. Essa classificação é superada pela diversidade de identidades de mulheres e homens. A solução é trocar a diferença binária pela diferença múltipla, fugindo das armadilhas da disjunção igualdade ou diferença.

Somente na segunda metade da década de 70 e no decorrer dos anos 80 que surgiu o debate sobre igualdade versus diferença, uma vez que no início do feminismo, a luta pela igualdade se sobrepôs à questão da diferença. Passou-se a ver a diferença como algo positivo, direcionando a luta em prol da igualdade na diferença. Começou-se a falar de diferença cultural, cultura feminina, experiência feminina, reconhecimento da diversidade cultural de gênero e assim por diante.

Por um longo tempo, a diferença foi usada como sinônimo de desigualdade dentro da hierarquia imposta pela dominação masculina. As mulheres, ao se esforçarem para assimilar os modelos masculinos, ocupando os espaços antes só de homens, comportando-se, agindo, sentindo e falando como eles, acabaram percebendo que esses comportamentos supervalorizavam as qualidades consideradas masculinas, em detrimento das femininas, formando um sentimento de inferioridade internalizado. Isso levou a uma revisão do feminino.

Assim, no final dos anos 80, as mulheres passaram a defender a igualdade não mais em nome da capacidade de se assemelharem aos homens, mas, sobretudo, pelo direito de ser diferentes deles.

*“O feminismo da diferença, desdobramento do feminismo da igualdade, introduziu um questionamento mais radical, trazendo a promessa de uma contribuição sociocultural inédita e subversiva<sup>45</sup>.”*

Não se deve cair no dualismo feminino/masculino, ultrapassando as universalizações da diferença, os estereótipos e modelos rígidos. Muitas características atribuídas ao feminino ou ao masculino não são determinadas pelo gênero apenas, sendo influenciadas também pela classe social, pela cultura, pela educação, bem como por

---

<sup>45</sup> Rosiska Darcy Oliveira. *Elogio da diferença: O feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 73

características individuais de personalidade – nem todo homem é agressivo, objetivo, seguro, assim como nem toda mulher é insegura, sem objetividade e pouco agressiva.

Desta forma, as mulheres (e os homens) se libertam dos estereótipos e constroem novas formas de se relacionar, agir e comportar. Os homens podem se libertar do machismo e as mulheres do imperativo feminino, ambos podendo ser sensíveis, objetivos, fortes, inseguros, dependentes, independentes, com liberdade e autonomia.

## **CAPÍTULO 2**

### **A QUESTÃO DEMOGRÁFICA INCIDINDO SOBRE A MULHER**

A questão do crescimento populacional tem sido muito debatida. A mudança na quantidade de habitantes passa por fases e depende das taxas de mortalidade e fertilidade. Com o crescimento acelerado surgiram as teorias de “bomba populacional” e de “explosão demográfica”. Foi Malthus<sup>46</sup> quem primeiro colocou a população como culpada dos males da Terra e principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e social.

Surgiu então a disputa entre o controle da natalidade e as políticas desenvolvimentistas. Muitas Conferências ocorreram e as políticas populacionais foram sendo implantadas nos mais diversos países.

O fato dessas políticas recaírem sobre a mulher remontam à forma como sempre foi vista historicamente a mulher, desde o momento em que ela não era considerada um ser separado do homem, mas somente uma espécie de homem imperfeito, um ser impotente e sem qualquer autoridade.

No mundo moderno, as mulheres conquistaram seus direitos, inclusive sexuais e reprodutivos. As leis internacionais asseguram o direito à saúde integral da mulher e já é possível escolher livremente o modo de controle da fecundidade. O problema reside na falta de oportunidade que deveria ser dada, em vários países, para que elas sejam mulheres livres para a escolha da maternidade, sem que para isso deixem de ter educação, saúde e vida profissional.

---

<sup>46</sup> Thomas Malthus. *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

## 2.1 Crescimento Populacional

O crescimento populacional é a mudança do tamanho da população – que pode ser tanto positiva quanto negativa – dividida por uma unidade de tempo. Ele depende das taxas de mortalidade e fertilidade.

A população mundial cresceu em passo lento até por volta de 1750. Houve um longo período de crescimento estacionado até 1000 a.C. quando a população era de aproximadamente 300 milhões de habitantes. Depois, seguiu um período de crescimento lento de 1000 a.C. até aproximadamente 1750, quando a população mundial era estimada em 800 milhões. Neste tempo, o crescimento manteve-se baixo devido à alta taxa de mortalidade, causada por pragas, epidemias, inanição periódica, guerras, condições sanitárias precárias e pobreza. Após 1750, o crescimento aumentou substancialmente. Por volta de 1950 já havia cerca de 2.5 bilhões de habitantes no mundo. Calcula-se que em 2000 a população mundial era de 6 bilhões de habitantes<sup>47</sup>.

Essa mudança a partir de 1750 chama-se, na literatura especializada, de transição demográfica. Antes dela, o padrão de crescimento, em geral, era semelhante, com algumas variações locais. Foi na Europa que ocorreu a primeira transição demográfica, causada pela Revolução Industrial. Outros países também passaram por essa transição à medida que passavam por um processo de revolução industrial.

Como característica do processo de revolução industrial, as economias agrícolas começaram a se transformar em uma estrutura econômica mais moderna e a mortalidade começou a diminuir. Nas sociedades agrárias as taxas de mortalidade eram muito elevadas e a expectativa de vida muito baixa, cerca de 20 a 40 anos de vida<sup>48</sup>. Com o desenvolvimento da economia, cresceu o número de empregos nas cidades, e estas cresceram e se urbanizaram. Os transportes melhoraram e tornaram-se mais rápidos, a produtividade e o ingresso per capita se elevaram. Há mais alimentos, água potável, moradias e saneamento básico. Como consequência dessa série de fatores, há um melhor bem estar social. A revolução industrial produziu enorme progresso científico, ajudando no controle de muitas doenças endêmicas, em alguns casos, chegando a eliminar certas enfermidades. Principalmente a partir do século XX, onde ocorreram muitos avanços médicos, inclusive a descoberta de vacinas contra diversas doenças. Tudo isso beneficiou o desenvolvimento desses países e reduziu a mortalidade.

---

<sup>47</sup> Dados retirados do Population Growth Forum. Disponível em: <http://www.deathreference.com/Nu-Pu/Population-Growth.html> Acesso no dia: 09 de novembro de 2007.

<sup>48</sup> Ibidem

Um rápido crescimento populacional sem precedentes ocorreu entre 1950 e 1985, devido principalmente ao aumento da população dos países subdesenvolvidos.

Pode-se dizer que o aumento demográfico ocorrido nos últimos 250 anos é em grande parte consequência do declínio da mortalidade e não do aumento da fertilidade.

No padrão histórico típico, decresce, primeiro, a taxa de mortalidade, persistindo a taxa de natalidade. Portanto, há um período de mortalidade declinante e natalidade elevada. Na atualidade, a mortalidade sofreu uma redução tão drástica que levou alguns autores a denominarem o fenômeno de “explosão demográfica”. Com o tempo iniciou-se uma nova etapa de transição demográfica. As pessoas começaram a limitar deliberadamente o número de filhos tendo como consequência a queda da natalidade. Considera-se a taxa decrescente de natalidade associada ao processo de industrialização, urbanização, aumento do nível educacional, participação da mulher na força de trabalho e do desaparecimento da atitude fatalista em relação ao nascimento e à morte infantil. Os países que já passaram pela transição seguiram essas etapas. Primeiro, as taxas elevadas de natalidade e mortalidade compensam-se entre si e o resultado é um crescimento demográfico lento. Numa segunda fase inicia-se a queda de mortalidade com manutenção da natalidade, trazendo o rápido aumento populacional. Numa terceira fase, a mortalidade e natalidade equilibram-se a um nível muito mais baixo e o crescimento novamente é lento. Todo esse processo é o que se denomina transição demográfica.

A maioria dos países subdesenvolvidos encontra-se na segunda fase dessa transição, com as taxas de mortalidade cada vez mais baixas e uma fertilidade ainda não em grande declínio. As condições de mortalidade na Europa e Estados Unidos, há 150 e 200 anos atrás, são semelhantes às apresentadas atualmente por muitos países subdesenvolvidos.

Os fatores econômicos e sociais que afetaram a mortalidade dos países desenvolvidos foram:

a) Fome e escassez de alimentos – As populações foram vítimas de inanição freqüente. Na Suécia, ocorreu em 1773 uma severa inanição, elevando o coeficiente de mortalidade para 52,5/mil habitantes<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> United Nations. Department of Social Affairs – Economic and social factors effecting morality. In: Hauser. The determinates and consequences of population trends. New York, 1953.

b) Epidemias – A peste, cólera, varíola, tifo e outras enfermidades ocorreram frequentemente na Europa. A varíola, por exemplo, matou em Londres, em dez anos (1681-1690), três óbitos por mil habitantes.

c) Condições das áreas urbanas – A maior mortalidade urbana do que a rural ocorreu em alguns países até mesmo no fim do século dezenove. Nesta época, Weber apud United Nations<sup>50</sup>, reportou o excesso de mortalidade urbana, em relação à rural, nos EUA, Rússia, Inglaterra, e Holanda.

Nos países subdesenvolvidos, vemos que atualmente, as causas de mortalidade são basicamente as mesmas que as causas da elevada mortalidade do passado dos países desenvolvidos.

Os fatores que contribuíram para a redução da taxa de mortalidade nos países desenvolvidos são:

a) Influência do desenvolvimento econômico – Grande melhoria da situação econômica da população, através da industrialização, desenvolvimento comercial e agrícola. Avanço da medicina e saúde pública, entre outros avanços e melhorias.

b) Influência das legislações sociais – Elaboração de uma legislação sanitária e estabelecimento de agências de saúde estatais. Idade mínima para trabalhar, melhoria do ambiente e das condições de trabalho, entre outras.

c) Influência do desenvolvimento do saneamento do meio – Grande expansão dos serviços públicos, melhoria considerável do saneamento do meio. Purificação da água, remoção de dejetos, entre outras medidas.

d) Influência do desenvolvimento das ciências e dos programas de saúde pública – Vacinação, redução das doenças infecciosas, combate contra diversas doenças.

Os países subdesenvolvidos puderam beneficiar-se importando as técnicas e conhecimentos dos países desenvolvidos. Uma grande redução é possível com a aplicação de técnicas simples e relativamente baratas. Não necessariamente precisam de melhoramento das condições econômicas desde que haja saúde pública e técnicas médicas disponíveis à população. Métodos preventivos podem ser inseridos.

Os fatores econômicos e sociais que afetam a fertilidade é um assunto que concerne ao declínio da natalidade. Na Europa, o coeficiente de natalidade, entre 1735-1800, variou de 31-41 nascimentos vivos por mil habitantes. Com pequenas flutuações estes níveis foram mantidos até o início de seu declínio no último período do século

---

<sup>50</sup> Ibidem

dezenove. A queda da taxa seguiu, em quase toda a Europa, até 1933-1935, quando o valor mínimo foi atingido. O coeficiente de natalidade na França, por exemplo, caiu de 55/mil habitantes, em 1800, para 18/mil em 1933 e 17,6/mil em 1970<sup>51</sup>.

Entre os fatores que afetam diretamente o declínio da fertilidade estão:

a) Mudança de atitude em relação ao tamanho da família – Adotou-se a idéia da limitação do tamanho da família. Opta-se por ter menos filhos ou até mesmo não tê-los.

b) Urbanização – Entre os principais fatores que favorecem a limitação da natalidade em cidades citam-se: vida familiar menos coesa, crianças não são consideradas uma vantagem econômica, aspiração de melhor status social e econômico, prevalece maior racionalização e rompimento de tradições.

c) Mobilidade social – O desejo de melhorar a posição social é apontado como motivo para limitação do tamanho da família. Criar uma criança está ligado a gastar dinheiro, tempo e esforços. Assim, a mobilidade social é mais factível com um número pequeno de crianças do que com um grande.

d) Status da mulher e organização familiar – Aumento do nível educacional da mulher, mais igualdade para a mulher em muitas esferas da vida pública, maior independência, maior grau de participação da mulher na força de trabalho. Com a industrialização, as mulheres precisam ficar mais tempo fora do lar e muitas restringem o número de crianças a fim de manter o emprego fora de casa. Famílias mais instáveis.

e) Ocupação – Geralmente, quanto mais diferenciada é a ocupação e melhor a qualificação da mão de obra, menor é a fertilidade.

f) Educação – Mulheres com nível colegial e universitário têm baixa fertilidade, comparadas às mulheres com menos instrução, casam menos do que a população em geral e o fazem em idade mais avançada<sup>52</sup>.

Nos tempos atuais, os países subdesenvolvidos apresentarão maior contingente populacional quando comparados com os países que formam o mundo desenvolvido.

É necessário que o crescimento populacional seja visto como um assunto para a política de desenvolvimento social e econômica do país.

## **2.2 Controle Populacional**

Thomas Malthus foi o primeiro que apresentou a previsão do perigo da superpopulação. O teórico introduziu uma visão radical da situação populacional na

---

<sup>51</sup> Ibidem

<sup>52</sup> Ibidem

Inglaterra e decidiu descrever sua visão sobre o futuro da humanidade e o crescimento populacional.

A teoria de Malthus repousa sobre dois postulados: 1) Que o alimento é necessário para a existência do homem; 2) Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente no estágio em que se encontrava na época de Malthus.

O primeiro enunciado é incontestável e é apenas um truísmo. O segundo, no entanto, tem várias implicações. Malthus considera o estímulo sexual de orientação heterossexual como um princípio absoluto e imutável em seus resultados. O efeito principal seria a fecundidade, já que Malthus não distingue relação sexual de procriação e não leva em consideração a possibilidade da regulação. Estes dois postulados são utilizados como premissas para sua afirmação:

“Pode-se seguramente declarar que, se não for a população contida por freio algum, irá ela dobrando de 25 em 25 anos, ou crescerá em progressão geométrica (1,2,4,8,16,32,64,128,256,512,...). Pode-se afirmar, dadas as atuais condições médias da Terra, que os meios de subsistência, nas mais favoráveis circunstâncias, só poderiam aumentar, no máximo, em progressão aritmética (1,2,3,4,5,6,7,8,9,10).”<sup>53</sup>

Assim, a população tenderia a crescer além dos limites de sua sobrevivência, e disso resultaria uma “explosão demográfica”. Em acordo com suas expectativas, as populações da Europa e América do Norte realmente cresceram dramaticamente nos 150 anos que se seguiram. Porém, contrário à sua previsão, os recursos cresceram muito além da população. Malthus subestimou a capacidade de crescimento dos meios de subsistência. Aos poucos a teoria malthusiana foi caindo em descrédito e desmentida pela própria realidade. A população britânica no século XIX, por exemplo, aumentou quatro vezes, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu 14 vezes. Apesar de desmentida pelos fatos, essa teoria é constantemente utilizada.

O modelo malthusiano trata a fecundidade como uma variável independente, sujeita apenas às limitações naturais da infertilidade. O determinante do tamanho da prole seria o rendimento, pois, se as condições econômicas e sociais fossem favoráveis, os nubentes casariam mais cedo, aumentando as probabilidades do nascimento de mais bebês. Dessa forma, a fecundidade é positivamente correlacionada com a renda familiar. Os salários deveriam ser mantidos baixos para que a população tivesse menos filhos.

---

<sup>53</sup> MALTHUS, *op. cit.*, p. 283.

Malthus defende também a idéia de seleção natural. Segundo o autor, é preciso deixar a natureza agir; esta, em sua sabedoria, elimina os mais fracos e consagra a superioridade dos mais fortes. Desta forma, a seleção natural é impedida se as pessoas lutam contra a pobreza, estão procedendo contra a natureza. Haveria nisso uma certa imoralidade frente às leis da natureza. Sua obra volta-se explicitamente contra o que na época se chamava "*as leis paroquiais*", isto é, as leis de ajuda aos mais carentes. Essas leis não deveriam ser aprovadas, menos ainda aplicadas, pois impedem a natureza de exercer corretamente a sua função seletiva.

Após Malthus muitos outros também começaram a afirmar que havia um sério problema de superpopulação no mundo. Surgiram várias teorias e previsões, que alarmaram o mundo, mas acabaram também desmentidas.

A questão populacional foi declarada um problema internacional, merecedor de estudos, a partir de 1964, quando aconteceu uma Conferência em Bucareste, Romênia.

Em 1994 ocorreu a Conferência do Cairo, dedicada ao tema de População e Desenvolvimento. Como base para as discussões estava a tese de que a pobreza decorre de um excesso de população, especialmente nos países subdesenvolvidos. Aí se definiu um plano de vinte anos para conter o crescimento da população mundial.

O crescimento da população foi sempre vista como uma ameaça para a humanidade, e um controle populacional foi exigido. É certo que deve haver um planejamento familiar, mas será que deve ser da forma como é feita atualmente? Quais corpos seriam as maiores vítimas desse controle?

O Relatório Kissinger, redigido em 1974, mas só publicado quinze anos mais tarde, pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos, explica como o processo de controle populacional deve ser feito. Algumas das ações que devem ser tomadas são:

*"a) Apoiar firmemente o Plano Mundial de População e a adoção das suas cláusulas apropriadas nos programas nacionais e outros.*

*b) Incentivar os programas nacionais a adotarem metas populacionais específicas que incluam os níveis de substituição da fertilidade para os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos.*

*c) Iniciar um plano de cooperação internacional de programas de pesquisas nacionais sobre a reprodução humana e o controle da fertilidade, programas que abranjam os fatores socioeconômicos e biomédicos, conforme foi proposto pela Delegação dos EUA em Bucareste.*

*d) Iniciar um programa de pesquisa estratégico cooperativo internacional sobre reprodução e controle da fertilidade que incluam aspectos médicos e socioeconômicos, como foi proposto pela Delegação dos EUA em Bucareste*

- e) *Agir de acordo com nossa proposta em Bucareste, colaborando com outros doadores interessados e órgãos da ONU para ajudar os países escolhidos a desenvolverem serviços de planejamento familiar e de saúde preventiva de baixo custo.*
- f) *Trabalhar diretamente com os países doadores e por meio do Fundo das Nações Unidas para as Atividades de População e o OECD/DAC para aumentar a assistência bilateral e multilateral para os programas populacionais*<sup>54</sup>.

Uma das estratégias utilizadas é envolver organizações internacionais e Organizações Não-Governamentais. Inclusive alguns órgãos como o FMI e o Banco Mundial têm sempre uma exigência sobre controle da população em seus contratos de ajuda externa e de renegociação de dívida. Diz o relatório:

*"Quanto a cada uma das seis categorias acima o Estado e a AID devem realizar campanhas específicas para fazer com que a ONU, a OMS, a OIT, a FAO, a UNESCO, a UNICEF e a FNUAP tomem papel de liderança nos órgãos ligados a ONU com mais programas e campanhas, citando o Plano Mundial de População*<sup>55</sup>".

Como uma estratégia de ação o Relatório propõe que se use a mulher e, por conseguinte, os movimentos feministas para sucesso dos planos de controle de população:

*"A condição e a utilização das mulheres nas sociedades dos países subdesenvolvidos são particularmente importantes na redução do tamanho da família. Para as mulheres, o emprego fora do lar oferece uma alternativa para um casamento e maternidade precoces, e incentiva a mulher a ter menos filhos após o casamento. A mulher que tem de ficar em casa para cuidar dos filhos tem de renunciar a renda que ela poderia ganhar fora do lar. As pesquisas mostram que a redução da fertilidade está relacionada com o trabalho da mulher fora do lar*<sup>56</sup>".

E também:

*"Que programas específicos na educação da mulher são mais econômicos (isto é, escola primária, educação para a alfabetização não formal ou cursos vocacionais ou pré-vocacionais)? Quais, em termos quantitativos aproximados, são os benefícios não-populacionais de um dólar adicional gasto na educação da mulher, em*

---

<sup>54</sup> Dados retirados do Relatório: National Security Study Memorandum 200. *Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests*. Washington D.C., 1974. p.19

<sup>55</sup> NSSM 200, op. cit., p. 159.

<sup>56</sup> NSSM 200, op. cit., p. 151.

*determinada situação, em comparação com outras alternativas de investimento não populacional?*<sup>57</sup>"

Vemos aí uma explicação para a recomendação de se incluir "planejamento familiar" nos programas de saúde e, em especial, nos de assistência integral de saúde da mulher. Entretanto, é necessário ressaltar que grande parte das políticas populacionais incide exclusivamente sobre a mulher.

### **2.3 Política Populacional como forma de Dominação Masculina**

A política é entendida como um processo por meio do qual interesses se tornam objetivos e os objetivos são conduzidos à formulação de tomada de decisões<sup>58</sup>. O Dicionário de Ciências Sociais define política populacional da seguinte maneira:

*“Denomina-se a comumente política populacional o conjunto de medidas destinadas a modificar o estado de uma população de acordo com interesses sociais determinados. Tal modificação se refere tanto às mudanças no volume e no ritmo de aumento (ou decréscimo) da população, quanto à distribuição e densidade desta dentro de um território dado, assim como também à sua composição qualitativa e quantitativa em relação a atividades específicas. Quanto aos interesses sociais, consistem em fazer cada vez mais extensiva a participação dos grupos sociais majoritários nos benefícios do desenvolvimento econômico e social”*<sup>59</sup>.

Assim, grande parte das políticas populacionais é voltada para a dinâmica demográfica buscando o bem público e o acesso da população às fontes de emprego, ao sistema de educação, aos programas de saúde e outros direitos econômicos, sociais e culturais.

Essas políticas podem ter um caráter *ex post*, ou serem concebidas *ex ante*, isto é, como medida preventiva para atender eventualidades futuras mais ou menos previsíveis. Elas não são abstratas, mas sim sociais e históricas. Assim, as ações e os discursos políticos referentes à população não estão isentos de uma forte carga doutrinária e ideológica<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> NSSM 200, op. cit., p. 139.

<sup>58</sup> José Eustáquio Diniz Alves. *As Políticas Populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina e no Brasil*. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2006.

<sup>59</sup> Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

<sup>60</sup> Camargo apud José E. D. Alves. p. 24

Nem todos os países possuem uma política populacional explícita, mas ainda que sejam “neutros” em relação às metas demográficas a serem alcançadas, raramente as políticas sociais do país deixam de ter algum efeito sobre a dinâmica demográfica.

Criou-se nos países a convicção de que a questão da regulação da fecundidade deveria fazer parte da política do país e não ficar à mercê de entidades privadas e do mercado (farmácias e rede de saúde privada). As políticas populacionais então deveriam envolver programas de saúde materno-infantil. As feministas reivindicaram que a questão da saúde deveria passar a tratar da saúde integral da mulher. Isto incluiria atender a mulher durante seu ciclo vital, dando atenção a todos os aspectos da saúde, incluindo prevenção de câncer, atenção ginecológica, planejamento familiar e tratamento para infertilidade, atenção pré-natal, no parto e pós-parto, diagnóstico de Doenças Sexualmente Transmissíveis, assim como doenças ocupacionais e mentais, como a depressão pós-parto.

Segundo Corrêa e Ávila<sup>61</sup>, a “saúde integral da mulher” surgiu como estratégia semântica para traduzir, em termos de debate público e propostas políticas, o lema feminista da década de 70: “nosso corpo nos pertence”. Mais tarde esse termo seria substituído pela denominada “saúde reprodutiva”. E assim surgem os direitos reprodutivos.

Os programas criados por cada país retratam o compromisso assumido do poder público com as questões de reprodução, no entanto, recaía exclusivamente sobre a mulher, quase isentando a responsabilidade masculina no processo de regulação da fecundidade.

Desde o início das políticas populacionais e programas de controle populacional notamos que existe a dominação masculina não foi suficientemente tematizada no desenho destas políticas. Cabe à mulher diminuir a taxa de fecundidade, é ela quem deve arcar com as conseqüências do uso de contraceptivos ou esterilizações. O homem continua apenas no seu papel de “provedor”, sem se envolver muito nessas questões.

A questão do crescimento demográfico acabou sendo visto como algo que se resolveria através de medidas de “saúde”, com políticas populacionais que adotam programas para diminuir a fecundidade das mulheres principalmente. No entanto, o crescimento populacional acelerado é conseqüência e não causa do subdesenvolvimento

---

<sup>61</sup> Corrêa, S, Ávila, M.B. *Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiro*. In: Berquó, E. (org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, 2003. p. 19

e como tal não é um problema médico. Por isso, tantas medidas que recaem sobre a mulher para controlar o número de filhos não são necessárias. Não está aí a solução. É a mulher que acaba sendo vista como responsável por uma taxa de fertilidade alta. A causa de pobreza e de subdesenvolvimento não reside no tamanho da família. Somente o ingresso dos países subdesenvolvidos no processo de desenvolvimento econômico e social reduzirá substancialmente as taxas de mortalidade e fertilidade, como ocorreu com os países hoje desenvolvidos. A política populacional deve ser definida pelo governo federal de acordo com a política de desenvolvimento social e econômico do país.

## **2.4 O corpo fazendo a diferença**

O fato do controle da fecundidade e das políticas incidirem sobre a mulher como um dos desdobramentos da dominação masculina vem também do conceito que se tem da diferença sexual em grande parte das sociedades do mundo.

A idéia de dois sexos biológicos distintos é uma concepção que pode ser historicamente contextualizada. Foi no século XVII que se passou a considerar a existência de dois sexos distintos, contrariando a percepção herdada dos gregos de que havia apenas um sexo biológico, enquanto existiam dois gêneros. No modelo antigo, onde existia apenas um sexo, homem e mulher não seriam definidos por uma diferença intrínseca em termos de natureza, de biologia, de dois corpos distintos, mas somente em termos de um grau de perfeição. Galeno foi um dos mais famosos teóricos desse pensamento. Segundo ele, a perfeição dependia da quantidade de calor atribuída a cada corpo. Quando o calor era suficiente para externalizar os órgãos reprodutivos, o corpo era de um homem. No corpo da mulher, o calor foi insuficiente e os órgãos permaneceram internos. As diferenças seriam de grau, compondo uma hierarquia vertical entre os gêneros: os órgãos reprodutivos vistos como iguais em essência e reduzidos ao padrão masculino. Assim, mulheres e homens teriam pênis e testículos, por exemplo. O que os difere é que na mulher esses órgãos não foram externalizados. Haveria, então, um só corpo, uma só carne, à qual se atribuem diferentes marcas sociais – caracteres sociais mais que biológicos, que comportam uma relação hierárquica entre seres considerados de acordo com uma escala de perfeição.

A descoberta de que a reprodução da mulher não estava ligada ao fato dela ter prazer abriu a possibilidade da passividade e “falta de paixão” da mulher. Assim, a

natureza sexual da mulher podia ser redefinida, debatida, negada ou qualificada. Mudaram os antigos valores. A concepção contemporânea de que o homem deseja o sexo e a mulher um relacionamento é o oposto das noções do pré-Iluminismo que, desde a Antiguidade, ligava a amizade ao homem e a sensualidade às mulheres.

Esse modelo antigo é adotado, segundo Laqueur, até o Renascimento, quando se começa a distinguir os dois sexos, dá-se lugar a um novo dimorfismo. Há diferenças anatômicas e fisiológicas radicais entre homens e mulheres e não mais uma hierarquização.

Mas a concepção de um único sexo foi mudando aos poucos. Aristóteles já começou a diferenciar os dois sexos, não acreditando na inversão do sexo, mas na oposição da parte privada do homem e da mulher. Para Aristóteles:

*“os princípios de macho e fêmea podem ser desconsiderados, primeiro e antes de tudo quanto às origens da geração; o primeiro contém a causa eficiente da geração, e o último a causa material<sup>62</sup>.”*

*“a fêmea sempre fornece o material, o macho fornece o que o molda, pois esse é o poder que nós dizemos que eles possuem, e isso é o que faz deles machos e fêmeas... Enquanto o corpo é da fêmea, a alma é do macho<sup>63</sup>.”*

Aristóteles distingue, dessa forma, a fêmea do macho. É o macho quem supre a alma sensível, sem a qual “é impossível existir rosto, mão, carne ou qualquer outra parte<sup>64</sup>.” Sem a alma sensível o corpo nada mais era que um cadáver ou parte de um cadáver. Um sexo era capaz de misturar o alimento no seu estágio mais alto de criar a vida, no verdadeiro esperma; o outro não<sup>65</sup>. A vida, desta forma, era atribuída ao homem.

Hipócrates, diferente de Galeno, insistia que a mulher produzia sêmen. Ele defende a “pangênese”: idéia de que os representantes das várias partes do corpo do pai ou da mãe formam um fluido ou semente reprodutiva e a concepção é uma mistura, em várias proporções e força, dessas substâncias germinais. Da luta entre essas sementes resultam as características do novo ser. “Se ambos os parceiros produzirem esperma forte, nascerá um menino; se ambos produzirem esperma fraco nascerá uma menina; e se em um o esperma for fraco e em outro forte, o sexo da criança será determinado pela quantidade de esperma produzida<sup>66</sup>.”

---

<sup>62</sup> Aristóteles apud Laqueur, p. 45

<sup>63</sup> Ibidem

<sup>64</sup> Aristóteles apud Laqueur, p. 46

<sup>65</sup> Thomas Laqueur. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 46

<sup>66</sup> Laqueur, op. cit., p. 54

O caráter político tinha grande importância. Aristóteles diferenciava o homem da mulher nesse sentido, ressaltando a falta de autoridade política, ou legitimidade, e a falta de capacidade biológica, para definir a mulher. Ela era, como um menino, uma versão impotente do homem em termos biológicos e políticos.

Isidoro de Sevilha, nos séculos VI e VII dizia que o homem e a mulher tinham sêmen. Porém, enfatiza as origens da semente no sangue do pai, chamado consangüinidade. Ter um pai quer dizer que a criança vem “de um sangue, isto é, do mesmo sêmen que o pai<sup>67</sup>”. O sangue do pai é passado para seus sucessores através do seu sêmen. A procriação parece acontecer sem a mulher. Uma criança ilegítima, ou seja, nascida de mãe nobre e pai plebeu ou de pai desconhecido, era vista como vinda apenas da mãe. Desta forma, enquanto a criança legítima vem da espuma do pai, a ilegítima vem da semente da mãe, como se não houvesse pai.

Laqueur sugere que o modelo do sexo único pode ser compreendido como um exercício para preservar o Pai, que representa não apenas a ordem, mas também a própria existência da civilização em si. Os argumentos das autoridades antigas para a superioridade de potência do macho com relação à fêmea são apresentados para a absoluta necessidade do genitor.

*“Se a mulher tivesse tanto quanto possível o ‘princípio de movimento’, sua semente seria essencialmente a do macho e agiria como uma só quando misturada. As mulheres seriam homens, e a natureza estaria misturando desnecessariamente duas sementes. Ou, se uma semente feminina tão forte quanto a do macho não precisasse ser misturada para haver a concepção, não haveria necessidade de homens<sup>68</sup>”.*

Assim, Laquer explica que:

*“O espírito e o útero da mulher são interpretados como áreas equivalentes para o princípio ativo do macho; sua pessoa está sob o governo e a instrução racional do marido pela mesma razão que seu ventre está sob o domínio do esperma dele. Da mesma forma, ele devia poder controlar suas próprias paixões e administrar as dela, e ser ao mesmo tempo capaz de ‘deleitá-la e gratificá-la’ o suficiente para ela produzir filhos. O homem que irá ‘harmonizar o Estado, o Fórum e os Amigos’ deve ser capaz de ter ‘uma casa em grande harmonia<sup>69</sup>’.”*

Uma das explicações para a longevidade desse modelo de sexo único, que persistiu por milênios, liga o sexo ao poder. Em um mundo público predominantemente

---

<sup>67</sup> Isidoro apud Laqueur, p. 69

<sup>68</sup> Laqueur, op. cit., p. 71

<sup>69</sup> Laqueur, op. cit., p. 73

masculino, esse modelo mostrava que o homem era a medida de todas as coisas, e a mulher não existe como uma categoria distinta em termos ontológicos. O padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino.

Vemos nesse modelo a dominação masculina retratada por Bourdieu. Uma dominação simbólica, vindo do entendimento do corpo humano. Se o corpo do homem já é “mais perfeito” e superior, em todos os outros aspectos o homem também é visto como dotado de supremacia. Seria “natural” a dominação do homem sobre a mulher.

Desde a antiguidade o homem é tomado como modelo a se seguir, ele é base para o que é melhor e mais correto. Talvez daí venha a visão de alguns grupos feministas que querem simplesmente que as mulheres se igualem aos homens, esquecendo que ser mulher não é um defeito e sim uma diferença.

Se as mulheres são apenas versões inferiores dos homens, como o modelo dita, elas não precisariam escrever, nem participar de alguma ação pública, nem fazer outras reivindicações para si próprias como mulheres; os homens podiam representá-las muito melhor que elas próprias. Se elas não tivessem interesse especial nem bases legítimas para ser um ser social os homens podiam falar por elas.

Mas de onde vêm as causas da transformação do pensamento do sexo único para os sexos distintos? Uma das hipóteses seria as mudanças provocadas pelos progressos da ciência. Ainda que as descobertas científicas sozinhas nada significam. Elas só fazem sentido e só são efetuadas dentro de um contexto social propício e respondendo a demandas sociais de cada momento. Há, assim, uma pluricausalidade. Não há apenas uma causa, um progresso singular e contínuo, e sim uma composição de múltiplos programas culturais em atuação. Os avanços da anatomia no Renascimento, sua preocupação em tocar, olhar e dissecar corpos, por exemplo. Ainda que isto não tenha sido suficiente. Só se chegou à constatação de que os corpos de homens e mulheres eram diferentes na sua natureza quando houve um clamor social para isso.

A passagem do sexo único para o dimorfismo tem dois focos principais de origem: uma mudança política e uma mudança epistemológica. A primeira vem de um novo contexto político centrado nas divisões entre a esfera privada e a pública, mulheres e homens, a favor e contra a autonomização feminina. Para Hobbes e Locke, não há base na natureza, na lei divina, ou na ordem cósmica transcendente para justificar autoridades específicas como do senhor sobre o escravo, do rei sobre o súdito, e possivelmente do homem sobre a mulher. Mas esses autores acreditam que o homem é o chefe da família e não a mulher. É ele também o chefe das nações. Só os homens fazem

o contrato social, nunca a mulher. E o fundamento dessa diferenciação estaria não em algo transcendental, mas no fato da diferença sexual e suas implicações utilitaristas, ou seja, a constatada força superior do homem e a freqüente incapacidade da mulher em decorrência de suas funções reprodutivas. O corpo passa a ser o fundamento da sociedade civil. No entanto, Toqueville diz que era necessário traçar uma nova e precisa linha divisória entre os dois sexos e que a democracia estava destruindo as antigas bases patriarcais.

As mudanças epistemológicas se dão a partir do contexto da revolução científica, defendida por Descartes, Bacon, o mecanicismo, o empiricismo, a síntese newtoniana, que descartam o isomorfismo. Instituem algumas dicotomias como razão e credulidade, corpo e espírito, sexo biológico e gênero teatral.

O papel da ciência se torna cada vez mais fundamental. O corpo passa a ser visto em novos contextos sociais, econômicos, políticos, culturais e eróticos. Os médicos e cientistas fornecem dados para o debate ideológico.

O trabalho cultural passou para o sexo, o que no modelo de uma só carne fora feito pelo gênero. Não era necessário para Aristóteles diferenciar o homem da mulher para afirmar que a mulher era inferior; isso decorria da verdade a priori de que a causa material é inferior à causa eficiente. Homens e mulheres eram identificados no seu dia-a-dia por suas características corporais, mas em princípio não era fisicamente demonstrável que a geração do macho era a causa eficiente e da fêmea a causa material; era em si uma reafirmação do que significava ser homem ou mulher. A natureza específica dos ovários ou do útero era, então, somente incidental para definir a diferença sexual. No século XVIII o útero oferecia uma explicação e uma justificativa naturalista para a condição social da mulher<sup>70</sup>.

O sexo único não morreu para que o novo modelo vigorasse. Ele encontrou uma alternativa: uma biologia de incomensurabilidade. A relação entre mulheres e homens não era inerentemente de desigualdade ou igualdade, mas de diferença, que exigia interpretação.

As diferenças biológicas diagnosticadas pelos cientistas oferecem o fundamento para a dissertação sobre as diferenças inatas entre os dois sexos e a conseqüente necessidade de diferenciações sociais. A própria natureza se encarregou de postular a divisão; cabe à sociedade respeitá-la e promover um comportamento adequado.

---

<sup>70</sup> Laqueur, op. cit., p. 192

No século XIX essas distinções e as conclusões políticas a partir da natureza já são inquestionáveis. E a ciência, ou a medicina, acrescentam novos e intrigantes detalhes que provam a intransponibilidade da diferença.

Este parecer de que homem e mulher são diferentes influencia tanto positiva quanto negativamente a questão da relação entre os sexos. Se a diferença é utilizada como forma de justificar a dominação masculina, ela acaba sendo prejudicial. No entanto, ela é positiva se seguirmos o pensamento de Françoise Collin, constatando a diferença como base para a luta da igualdade dos sexos, porém, dentro das suas diferenças, sem considerar um melhor do que o outro, mas simplesmente diferentes.

Nessa mesma linha, temos o que nos diz a feminista do século XIX, Millicent Fawcett:

*“Nós não advogamos a representação das mulheres por não haver diferença entre homens e mulheres, mas exatamente por essa diferença que existe entre eles (...) Nós queremos que as experiências especiais das mulheres como mulheres... venham a ser relevantes à legislação; dando às mulheres mais liberdade (...) suas verdadeiras qualidades femininas crescerão em força e poder”<sup>71</sup>.*”

## 2.5 Direitos Reprodutivos

O direito reprodutivo é tanto um direito específico como um direito dentro de uma série de direitos humanos protegidos por leis internacionais. Em 1968, na Conferência Internacional de Direitos Humanos falou-se pela primeira vez do direito de determinar “livre e responsabilmente o número e o espaçamento” de filhos<sup>72</sup>. Essa definição foi expandida em 1974, no Plano de Ação da População Mundial, que definiu que: “todos os casais e indivíduos têm o direito básico de decidir livre e responsabilmente o número e espaçamento de seus filhos e de ter a informação, educação e meios para tal...”<sup>73</sup>. A Convenção para Eliminação de toda forma de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) é a primeira a utilizar essa definição.

A Conferência do Cairo em 1994 chegou a um consenso de que as políticas populacionais deveriam aderir às normas dos Direitos Humanos Internacionais. As normas mais relevantes dos Direitos Humanos são os que protegem a integridade física, igualdade e auto-determinação. A Declaração Universal de Direitos Humanos protege o direito a “vida, liberdade e segurança” e assegura a liberdade contra a “tortura” e

---

<sup>71</sup> Fawcett apud Laqueur, p. 245

<sup>72</sup> United Nations, Final Act of the International Conference on Human Rights, art. 16, 1968. Tradução minha.

<sup>73</sup> United Nations, Report of the United Nations World Population Conference, para. F, 1974.

“punição ou tratamento cruel, desumano ou degradante<sup>74</sup>”. O International Covenant on Civil and Political Rights garante vários dos direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e também garante o direito de não ser submetido a experimentos médicos ou científicos sem o consentimento da pessoa. Este, além disso, protege o indivíduo de interferência arbitrária ou contra a lei em privado ou na família. O Human Rights Committee’s General Comments para The Political Covenant assegura que o direito a formar uma família implica a possibilidade de procriar e viver juntos. Quando os países adotam políticas de planejamento familiar elas devem ser compatíveis com esse direito, particularmente sem ser discriminatória ou compulsória.

Convenções internacionais, além dessas restrições à ação do governo, reconhece o direito de todos à um alto nível de saúde mental e física. O CEDAW garante especificamente: “acesso a informação educacional específica para ajudar a assegurar a saúde e bem estar das famílias...<sup>75</sup>” O artigo 12 exige a eliminação da discriminação em relação ao acesso a cuidados médicos, incluindo cuidados médicos apropriados durante a gravidez, o parto e o período pós-parto.

A Conferência do Cairo contou com a contribuição dos avanços teóricos, dos instrumentos internacionais do ciclo de Conferências Sociais da ONU e das diversas Conferências Internacionais da ONU anteriores (como as três Conferências das Mulheres em 1975, 1980 e 1985). Além disso, o fim da Guerra Fria diminuiu as disputas ideológicas e possibilitou um maior fluxo de negociações e a criação de alianças temporárias entre os países presentes. Lá estabeleceu-se a seguinte definição para “saúde reprodutiva”:

*“é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de doença ou enfermidade, em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo. Está implícito nesta última condição o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso aos métodos eficientes, seguros, aceitáveis e financeiramente compatíveis de planejamento familiar (...) bem como o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que propiciem às mulheres as condições de passar com segurança pela gestação e parto, proporcionando aos casais uma chance melhor de ter um filho sadio. Em conformidade com a definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de método, técnicas e*

---

<sup>74</sup> Universal Declaration of Human Rights, supra note 7, at art. 3. Tradução minha.

<sup>75</sup> CEDAW, supra note 7, at art. 10 (h). Tradução minha.

*serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo os problemas de saúde reprodutiva<sup>76</sup>”.*

Apesar dessas normas serem em relação a ambos homens e mulheres, as políticas populacionais atingem mais frequentemente as mulheres. Em muitos países a discriminação contra a mulher é muito forte e a aplicação real dos direitos reprodutivos é conquistada lentamente. A maior parte das normas dos direitos humanos é fruto da experiência dos homens, por isso, várias atrocidades vividas por mulheres não entraram em pauta até pouco tempo atrás.

A IV Conferência sobre Mulheres em Beijing em 1995 estabeleceu a conexão entre os direitos humanos e a saúde reprodutiva. Afirmou que os direitos da mulher incluem o direito de ter controle e decidir questões relacionadas a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência.

A Conferência definiu assim os Direitos Reprodutivos:

*“Os direitos reprodutivos abrangem certos direitos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazerem e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência<sup>77</sup>”.*

Assim, fica entendido que o Estado deve prover as pessoas com recursos para exercer seus direitos ao mesmo tempo em que não pode interferir nas suas decisões.

A auto-determinação pode acabar sendo negada em países que procuram regular o crescimento populacional através de políticas populacionais que influenciem no tamanho da família. Os meios utilizados para a regulação podem violar os direitos humanos.

Os programas populacionais podem usar meios de regulação diretos, indiretos ou uma combinação dos dois. A regulação direta pode conter limites específicos de natalidade, intervenção física direta como contracepção ou esterilização forçada. A regulação indireta consiste em desincentivos direcionados ao comportamento reprodutivo. Podem desincentivar com penalidades monetárias, redução de benefícios, perda de status ou de oportunidades de trabalho.

---

<sup>76</sup> Conferência de Cairo apud José Eustáquio Diniz Alves, op. cit., p 35

<sup>77</sup> Ibidem

Conforme as leis internacionais vistas anteriormente, está incluído nos direitos reprodutivos o direito de decidir livre e responsavelmente o número e o tempo e espaçamento entre filhos e ter a informação e os meios para tal. E isto sem a interferência coercitiva do Estado.

A regulação indireta acaba sendo muitas vezes uma forma de coerção mascarada. No entanto, a comunidade internacional claramente vê a regulação direta como forma de coerção e violação dos direitos humanos, mas não considera as pressões indiretas do governo como tal. A questão da coerção nos programas populacionais deriva tanto de ameaças diretas de força física ou severa privação econômica quanto de ameaças implícitas e pressões psicológicas e sociais para alterar o comportamento reprodutivo conforme as políticas governamentais.

Um governo que tem metas a cumprir em relação ao controle populacional acaba muitas vezes influenciando a população através de medidas que vão contra o direito que diz que o governo deve prover os meios para que se escolha quantos filhos se quer ter. Sem o necessário, acabam muitas vezes seguindo o que implicitamente o governo impôs.

Assim, temos na regulação indireta uma forma de violência simbólica, teoria utilizada por Bourdieu. É uma força imposta, mas de forma sutil, sem que se perceba. Essa violência simbólica vem ocorrendo nos países que tomam medidas e fazem suas políticas populacionais de acordo com seus próprios interesses. Essa violência ocorre também relacionada às mulheres. Um país que não dá a ela condições de ter filhos e ao mesmo tempo lhe proporcionar os meios de saúde e os direitos no trabalho, que garantam que ela possa trabalhar e ser mãe, acaba por desincentivar ao invés de garantir a opção de escolha.

Essa é uma luta das feministas que buscam a igualdade nas diferenças. O direito de escolha por não ter filhos já está ganha na maioria dos países, mas e o direito das mulheres a escolherem ter filhos sem ter que abdicar de sua vida pública? Isto também é parte dos direitos reprodutivos.

Depois de anos vista como um homem imperfeito, sem seu próprio sexo, considerada apenas como o “outro”, a mulher, através de várias batalhas, principalmente das feministas, consegue a cada dia conquistar mais seus direitos. E a mulher tem o direito de ser mulher, de exercer sua maternidade, e ao mesmo tempo fazer parte da esfera pública, trabalhar, competir em igualdade com os homens no campo intelectual e de trabalho. Não é certo que precise ser como o homem, não deve ser imposto sobre a

mulher que deixe o privado pelo público. O país deve garantir que ela possa exercer seu papel nos dois âmbitos.

## CAPÍTULO 3

### O TRABALHO, A MATERNIDADE E A MULHER

#### 3.1 Transição da Fecundidade

A transição da fecundidade, de altos a baixos níveis, começou nos últimos dois séculos, primeiro nos países desenvolvidos, em seguida nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Essa transição é um fenômeno de extrema importância, uma vez que afeta diversos aspectos de um país como políticas de educação, saúde, emprego e previdência, tendo profundo efeito sobre o processo de planejamento socioeconômico do país e sobre as políticas públicas.

A queda da fecundidade se acentuou nas últimas três décadas do século XX. A fecundidade era de 4,5 filhos por mulher no período 1970-1975 e caiu para 2,8 filhos no período 1995-2000. A tabela mostra que havia 106 países com taxa de fecundidade acima de cinco filhos em 1970, o que representava 43% da população mundial. Com o passar do tempo essas taxas só vêm diminuindo. No ano 2000, somente 49 países, com uma população de 771 milhões, tinham níveis de fecundidade acima de cinco filhos por mulher, representando apenas 13% da população mundial. No ano 2000, já eram 64 países com fecundidade igual ou menor a 2,1 filhos, o que representava 44% da população mundial.

Ano	Taxa Total de Fecundidade (filhos por mulher)			
	Maior ou igual a 5	Menor que 5 e maior que 2,1	Menor ou igual a 2,1	Total
<b>Número de países</b>				
1970	106	61	20	187
1980	80	67	40	187
1990	58	74	55	187
2000	49	74	64	187
<b>Tamanho da População (número em milhares)</b>				
1970	1588865	1427507	673272	3689643
1980	806155	2606368	1915763	4428286
1990	682908	2141955	2428283	5253146
2000	770757	2606062	2677944	6054764

<b>Tamanho da População (%)</b>				
1970	43	39	18	100
1980	18	59	23	100
1990	13	41	46	100
2000	13	43	44	100

Fonte: Fertility levels and trends in countries with intermediate levels of fertility, United Nations, Population Division – 2002. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedFFPSPOPDIIVpaper.PDF>  
Acesso em: 16 de novembro de 2007.

A tabela mostra que a redução do tamanho da prole entre as mulheres é um acontecimento generalizado. Existem diversas forças que afetam o processo de declínio da fecundidade. Além de fatores como a urbanização e o declínio da mortalidade infantil, outros fatores como a participação feminina no mercado de trabalho e falta de políticas sociais para combinar a maternidade e o profissional também influenciam.

As abordagens de gênero são fundamentais para a compreensão do fenômeno da transição da fecundidade uma vez que as desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade fazem com que os custos e benefícios da geração e criação dos filhos sejam desiguais entre os gêneros, afetando o comportamento reprodutivo.

A participação feminina no mercado de trabalho é um dos fenômenos marcantes das últimas décadas em todo o mundo. No entanto, não tem ocorrido em igual proporção um aumento na qualidade e no tipo de emprego que as mulheres se engajam. As condições de trabalho nem sempre oferecem alternativas satisfatórias para a maternidade e não tem envolvido sérias incompatibilidades entre o trabalho pago e o não pago.

O trabalho feminino eleva o poder e o status da mulher, possibilitando que a mulher tenha maior controle sobre a renda e os recursos, aumentando seu poder de decisão na família e na decisão reprodutiva. Fatores como o crescimento na carreira e maior nível educacional elevam a idade do casamento e da primeira gravidez. Porém, outros fatores afetam a queda da fecundidade. O conflito entre o papel produtivo e reprodutivo da mulher eleva o custo de oportunidade de ter filhos. Os serviços para o cuidado dos filhos não estão facilmente disponíveis e a intensidade e qualidade do cuidado dos filhos acaba por restringir as atividades econômicas das mulheres. Além disso, o período de saída do mercado de trabalho para criar os filhos envolve muitas vezes pesados custos.

### 3.2 O Trabalho Feminino

As oportunidades de emprego para as mulheres aumentaram e atualmente elas podem fazer carreira em áreas anteriormente consideradas exclusivamente de homens. Apesar disso, e apesar das conquistas das mulheres na educação, a remuneração que recebem é em média inferior à dos homens. É igualmente difícil para as mulheres conciliarem as obrigações familiares com o trabalho remunerado, sem comprometerem as suas possibilidades de promoção ou de melhoria das suas competências.

Uma das prioridades em que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) concentra seu plano é o “gender gap” salarial e a igualdade na perspectiva de gênero. Entre 2001 e 2005 foram desenvolvidas auditorias de gênero em 25 unidades na Sede e nos escritórios da OIT – as primeiras realizadas no sistema das Nações Unidas. Isto, para combater a discriminação, diminuindo essa forma de dominação masculina existente. A OIT prestou assistência à países como o Peru, Bolívia, Equador e Colômbia no combate à discriminação de gênero nas respectivas políticas de emprego<sup>78</sup>.

Os dados da tabela abaixo confirmam a participação ascendente das mulheres no trabalho remunerado. O aumento foi mais forte na América Latina e Caraíbas, seguido pela União Européia, Sul da Ásia e, a níveis bastante reduzidos, Oriente Médio e Norte da África. Indica aumentos moderados no Extremo Oriente e no Pacífico, mas praticamente inalterados nas economias de transição e na África subsaariana.

#### **Taxas de atividade das mulheres e ratio das taxas de atividade das mulheres relativamente à taxa de atividade dos homens, por região, 1995-2004 (em percentagem)**

	Número de países ou regiões	Taxas de atividade das mulheres			Mulheres em % das taxas de atividade dos homens	
		1995	2000	2004	1995	2004
<b>Mundo</b>	<b>173</b>	<b>54.8</b>	<b>55.7</b>	<b>56.6</b>	<b>66.2</b>	<b>69.6</b>
Extremo Oriente e Pacífico	24	59.5	60.3	61.2	71.6	74.3
Europa (não comunitária) e Ásia Central	23	62.2	60.6	60.9	79.3	80.3
União Européia	25	57.9	60.4	62.0	74.3	80.8
América Latina e Caraíbas	28	48.1	51.5	53.9	58.0	65.3
Oriente Médio e Norte da África	19	27.5	29.8	32.0	34.0	39.5

<sup>78</sup> Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, 2007.

América do Norte	2	68.6	70.4	71.2	83.0	86.7
Sul da Ásia	8	39.5	41.3	43.3	46.8	52.6
África subsaariana	44	64.6	63.7	63.0	73.6	73.0

Fonte: BIT: Key Indicators of the Labour Market, Quarta Edição. Genebra, 2006.

Muitas mulheres têm um trabalho informal, que se caracteriza por baixas remunerações, fracas condições de trabalho e falta de proteção. Estes muitas vezes são trabalhos de qualidade inferior. Aqui se insere a subalternidade da mulher, no campo econômico, que está presente no tipo de atividades profissionais que exerce. Majoritariamente, elas estão presentes nos setores de serviços ou naquelas tidas como próprias da sua natureza, como professoras, enfermeiras, assistentes sociais, secretárias, empregadas domésticas, entre outras. A esta demarcação de funções, corresponde uma desvalorização de tarefas e uma diferenciação de níveis salariais. São poucas as mulheres em posição de mando. Acrescentam-se ainda as dificuldades que contrapõe à sua ascensão profissional, uma vez que continua exercendo suas atividades tradicionais na vida doméstica e a maior carga de responsabilidades com o cuidado dos filhos.

### **3.2.1 Políticas adotadas no local de trabalho para facilitar a conciliação das responsabilidades familiares e profissionais**

Políticas de apoio à família para homens e para mulheres são necessárias no local de trabalho, contribuindo para melhor conciliar as responsabilidades familiares num mundo em que horários de trabalho tendem a ser mais longos e a organização do trabalho prejudica as mulheres e afeta suas carreiras. O Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho<sup>79</sup> mostra que a taxa de fertilidade aumentou onde foram introduzidos melhores serviços de guarda de crianças e facilitado o trabalho a tempo parcial.

O crescimento do trabalho a tempo parcial tem sido significativo nos últimos anos e propiciou melhores taxas de participação e de emprego feminino. Porém, as oportunidades para as mulheres concentram-se frequentemente em profissões não qualificadas. A Holanda é uma exceção, uma vez que através de uma maior regulação

<sup>79</sup> Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, 2007.

do mercado de trabalho, conseguiu introduzir trabalho a tempo parcial em todos os setores e profissões de modo a alcançar uma distribuição mais equilibrada do trabalho a tempo parcial entre mulheres e homens.

Segundo estimativas, em todo o mundo existem 340 milhões de crianças com menos de seis anos e 930 milhões com menos de quinze anos que pertencem a famílias em que todos os adultos trabalham<sup>80</sup>. Isto resulta da integração global das mulheres no mercado de trabalho, porém não acompanhado de políticas dos Estados ou das empresas que ignoram as responsabilidades familiares dos trabalhadores.

É importante ressaltar a importância de se criar políticas que favorecem também os homens, pois a tendência é que para que as mulheres estejam no campo profissional, os homens participem mais ativamente do campo doméstico.

As estruturas de guarda de crianças, especialmente para crianças com menos de três anos, continuam limitadas e não têm sido uma prioridade em muitas partes do mundo. E a existência dessas estruturas acessíveis e de confiança é fundamental para possibilitar a taxa de emprego feminino, manter as mulheres com filhos no mercado de trabalho e permitir aos pais solteiros ou casados conciliarem o trabalho e a família. A este respeito foram desenvolvidas iniciativas na Índia e na África do Sul com resultados positivos.

Mudanças significativas nas políticas que incentivam os pais a gozarem da licença para assistência aos filhos ocorreram. Os países desenvolvidos e em desenvolvimento têm facilitado o direito à licença parental pelos homens, no entanto as taxas de utilização continuam baixas na maioria dos países.

Estudos realizados pela OCDE demonstram que, em alguns países, o lançamento de um conjunto de iniciativas destinadas a reduzir os conflitos entre trabalho e família, tais como o acesso a uma vasta gama de serviços de apoio à infância, a redução dos custos diretos associados às crianças, o aumento das oportunidades de trabalho a tempo parcial e licenças mais longas, permitiram inverter a correlação negativa entre a participação das mulheres no mercado de trabalho e a taxa de fertilidade total<sup>81</sup>.

É necessário tornar o trabalho mais compatível com a vida familiar: regimes mais flexíveis em relação ao horário de trabalho, períodos de descanso e férias, previsão de uma licença anual e licenças de curta duração para situações de emergência, boas

---

<sup>80</sup> Ibidem

<sup>81</sup> A.C.D'Addio. *Trends and determinants of fertility rates in OECD countries: The role of policies*. Paris: OCDE, 2005.

condições de trabalho, redução das horas de trabalho e das horas extraordinárias. Também disponibilizar serviços de apoio à infância acessíveis e de boa qualidade para crianças pequenas e em idade pré-escolar.

Além disso, promover uma distribuição mais eqüitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres. As mulheres ainda são vistas como responsáveis exclusivas dos lares. Há a naturalização que defendia Bourdieu:

“Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos<sup>82</sup>.”

### **3.2.2 Licença Maternidade<sup>83</sup>**

A licença maternidade e licença parental é uma área que sofreu profundas alterações em vários países ao longo dos últimos anos.

A licença maternidade varia de acordo com as políticas de cada país. Aqui vemos uma breve comparação de alguns países:

#### **Suécia**

A Suécia foi o primeiro país do mundo a transformar a licença maternidade em benefício remunerado para ambos os pais, tendo como um dos objetivos estimular os homens a assumir um papel mais ativo na criação dos filhos propiciar uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas.

Para ter direito a licença maternidade a trabalhadora sueca deve estar empregada por no mínimo seis meses, ou estar trabalhando por no mínimo doze meses nos vinte e quatro anteriores ao início da licença. Caso não preencha os requisitos, a trabalhadora poderá gozar da licença maternidade, mas com uma contraprestação inferior a da que preencheu os requisitos mínimos.

A Suécia possui também um instituto chamado Licença parental. Essa licença pode ser solicitada pela mãe ou pelo pai, pois o objetivo é garantir medidas especiais de proteção para trabalhadores que tenham responsabilidades familiares. O afastamento

---

<sup>82</sup> Bourdieu, op. cit., p. 33

<sup>83</sup> Fonte: United Nations, The World's Women: trends and Statistics, New York, 2005. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/indw/mw/ww2005/tab5c.htm> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

poderá compreender a jornada integral, ou a redução de um terço das horas normais de trabalho (até que complete oito anos de idade ou complete o primeiro ano escolar). São pagos 480 dias de licença maternidade, outros 390 dias recebendo 80% do salário e noventa dias sem remuneração.

#### **Dinamarca**

Na Dinamarca a licença maternidade é de dezoito semanas, quatro semanas antes da data presumida e quatorze após. É vedado ao empregador dispensar a trabalhadora por ter exercido esse direito sob pena de ter que indeniza-la. Além disso, depois do parto, os pais têm 24 semanas de afastamento do trabalho, dez delas podendo ser utilizadas pelo pai, a partir da 14 semana após o parto. Esse direito só pode ser exercido por um dos pais, alternadamente. O pai ainda tem 2 semanas de licença logo após o nascimento do filho.

#### **Noruega**

Na Noruega a licença é de doze semanas antes e outras seis após o parto. A trabalhadora deve estar filiada ao seguro social por pelo menos 10 meses, senão receberá somente 60% do salário de contribuição. A licença para o pai é de duas semanas após o parto.

Além disso, a trabalhadora tem direito a despesas médicas e abonos em espécie durante 72 dias.

#### **Itália**

É proibido o trabalho nos dois meses anteriores à data prevista para o parto. A licença é compulsória e, no período, as trabalhadoras, inclusive as domésticas, têm direito à retribuição diária, pagos pela previdência social.

O tempo de licença será computado como tempo de serviço para fins de gratificação natalina, férias e progressão funcional. É garantido a trabalhadora, depois de três meses após o parto, a ausência facultativa por seis meses no primeiro ano de vida da criança, ficando garantido o pagamento de uma retribuição diária de 30% da remuneração por todo o período de ausência. Esse direito pode ser estendido ao pai, em alternativa à mãe.

O objetivo dessa medida é diminuir o custo da mão-de-obra feminina, amenizando a discriminação de gênero no mercado de trabalho, considerando a prole responsabilidade do casal e não exclusivamente da mulher. Dessa forma a legislação protege a família e não o mercado de trabalho da mulher, com medidas que, com o intuito de proteger, poderiam causar ainda mais exclusão e discriminação salarial.

A gestante tem garantia do seu trabalho desde o início da gravidez até que a criança complete um ano. Assegura-se que haja, até que a criança tenha um ano, dois períodos de pausa na jornada da trabalhadora para amamentação.

### **França**

A trabalhadora na França tem direito a licença a partir de seis semanas antes da data prevista para o parto até dez semanas posteriores ao mesmo. No caso de nascimento múltiplo a licença é estendida, podendo chegar a 22 semanas. Ela recebe 100% do salário pela seguridade social.

A estabilidade da gestante vai desde a confirmação da gravidez até quatro semanas depois do término da licença maternidade. A mulher tem direito a um intervalo de uma hora na jornada de trabalho, para aleitamento, até que a criança complete um ano de idade.

A legislação da França também prevê o instituto da Licença Parental, podendo ser gozado por pai ou mãe. A licença poderá ter a duração de um ano, prorrogável por duas vezes, até que a criança complete três anos. O contrato permanece suspenso ou com jornada reduzida pela metade.

### **Espanha**

A licença maternidade é de dezesseis semanas ininterruptas. A trabalhadora pode distribuir o período de acordo com sua conveniência, sendo obrigatório, entretanto, que seis semanas sejam gozadas após o parto. O pai também poderá desfrutar das quatro últimas semanas da licença, se pai e mãe trabalharem. A mulher recebe 100% do salário pela seguridade social.

É assegurada a quem tem a guarda legal da criança de até seis anos a redução na jornada de trabalho de um terço até a metade, com redução proporcional do salário. Além disso, o trabalhador tem direito a um período de excedência de no máximo três anos, ao final do qual é garantido a ele retornar ao cargo anteriormente ocupado.

### **Portugal**

A licença maternidade é de 120 dias, dos quais sessenta devem ser gozadas após o parto. A mulher recebe 100% do salário durante esse período.

Até que o filho complete um ano, há previsão de dois períodos de uma hora para o aleitamento.

O pai tem licença de gozo obrigatório durante cinco dias após o parto e mais 15 opcionais e remunerados.

Outros países, como a Suíça, concedem apenas oito semanas. A Romênia concede 112 dias, Israel doze semanas e a Alemanha quatorze semanas. Na Albânia a licença é de 365 dias.

#### **Nova Zelândia**

A licença maternidade é de quatorze semanas, recebendo 100% do salário, pago pelo Estado.

#### **Austrália**

São concedidas 52 semanas não remuneradas de licença maternidade.

#### **Índia**

Para o setor privado não há previsão legal específica. A licença depende de acordo com a empresa. Para funcionários públicos, a licença é de quatro meses e meio.

#### **Japão**

A trabalhadora tem quatorze semanas de licença maternidade, seis anteriores e oito posteriores à data prevista para o parto. São garantidos dois intervalos de meia hora na jornada de trabalho para aleitamento, até que o filho complete um ano. É pago à trabalhadora 60% do seu salário pela seguradora social ou pelo seguro de saúde durante o período da licença.

#### **China**

A licença maternidade na China é de noventa dias após o parto e não é remunerada.

Alguns países concedem menos tempo como o Nepal onde a mulher tem 52 dias de licença, Catar onde são 50 dias e Bareine com apenas 45 dias de licença maternidade.

#### **Angola**

A trabalhadora tem direito a trinta dias antes e sessenta dias após a data prevista para o parto. O pagamento fica a cargo do sistema de seguridade social.

Além da licença, a trabalhadora tem direito a se afastar por mais trinta dias caso a empresa em que trabalhe não tenha creche.

A situação é bem crítica em vários países da África. O continente africano é o que menos respeita o direito das mães de ficar com seus filhos. Países como Guiné Bissau, Quênia, São Tomé e Príncipe, Sudão e Moçambique têm períodos de 60 dias. A Tunísia chega a dar apenas 30 dias de licença maternidade para as mulheres.

#### **Canadá**

A mulher tem direito a dezessete ou dezoito semanas (dependendo da província), recebendo pelo seguro desemprego 55% do seu salário.

Há também a previsão de uma licença parental de 35 semanas, após as dezessete ou dezoito semanas da licença maternidade, para qualquer dos pais<sup>84</sup>.

### **EUA**

Somente em 1993 passou a vigorar nos EUA uma lei a respeito da licença maternidade. A lei estabelece o direito a doze semanas de licença, sem remuneração. Alguns estados estendem esse período, além disso, algumas empresas privadas oferecem uma licença remunerada<sup>85</sup>.

### **Cuba**

A licença maternidade de Cuba está a cargo do serviço de seguridade social e paga 100% do salário. A duração da licença é de seis semanas antes e doze depois do parto.

São garantidas ainda às trabalhadoras outras licenças remuneradas para facilitar cuidados médicos com os filhos. Há, também, a licença sem remuneração para quem tem filhos pequenos. Esse afastamento é de nove meses para trabalhadoras com filhos de até um ano e de até seis meses para aquelas com filhos maiores de um e menores de dezesseis anos. É assegurado o retorno nas funções exercidas antes do afastamento.

### **Argentina**

A licença maternidade para a trabalhadora argentina é de noventa dias, podendo ser quarenta e cinco dias antes e quarenta e cinco dias após o nascimento, ou trinta dias anteriores e o restante após o parto.

A trabalhadora goza de garantia no emprego e poderá optar por:

- a) permanecer nas mesmas condições anteriores à licença;
- b) rescindir seu contrato de trabalho, recebendo compensação por tempo de serviço;
- c) permanecer com excedente por um período não inferior a três nem superior a seis meses.

### **Paraguai**

No Paraguai a licença maternidade é de seis semanas antes e seis semanas após o parto. A seguridade social paga 50% do salário durante a licença.

---

<sup>84</sup> Disponível em: <http://www.childpolicyintl.org/issuebrief/issuebrief5table1.pdf> Acesso em: 27 de novembro de 2007

<sup>85</sup> Ibidem

## **Brasil**

O Senado aprovou, recentemente, um projeto de aumento de quatro para seis meses de licença maternidade, recebendo 100% do seu salário, pagos pelo sistema previdenciário<sup>86</sup>.

Vemos através desses dados que cada país escolhe a sua lei. A Convenção 95 da Organização Internacional do Trabalho, no entanto, prescreve 12 semanas<sup>87</sup>.

Quanto à fonte pagadora, nos países em que há uma seguridade social (previdência, saúde ou seguro-desemprego), ela é responsável pela maior parte da remuneração da licença maternidade.

Há países em que a seguridade social é inexistente ou atrofiada, nas quais a licença maternidade é paga, em bases variadas, pelos empregadores. Estão nesse caso o Afeganistão, Bangladesh, Camboja, Indonésia, Jordânia, Kuwait, Malásia, Nepal, Qatar, Arábia Saudita, Cingapura, Sri Lanka e Tailândia.

Infelizmente, grande parte das mães (e pais) trabalhadores vê negados seus direitos, especialmente os trabalhadores independentes, aqueles com contratos temporários e aqueles que trabalham para empresas pequenas. Muitas mães não exercem seu direito por receio a perder o emprego.

Apesar de haver licença por direito, ainda falta uma licença maior para os homens, que devem participar mais equitativamente no âmbito privado. Há países bem avançados nessa questão, como a Islândia<sup>88</sup> que aumentou o número médio de dias gozados por homens de 39 para 83 em três anos, outros, porém, concedem aos pais somente um dia, como é o caso do Chile. Há também a questão de que muitos homens atribuem à mulher a responsabilidade do cuidado dos filhos e a desigualdade de salarial entre homens e mulheres desencoraja os homens de abandonarem o trabalho temporariamente para cuidar da família.

### **3.3 Ser mulher**

A vida da mulher na sociedade toca três esferas de grande importância: a maternidade/família, a vida profissional e o ser mulher. A questão a se pensar é como a

---

<sup>86</sup> Disponível em: <http://www.cspb.org.br/noticias.php?2007/11/09/licen-a-maternidade-de-seis-meses-tem-avan-o-na-c-mara.html> Acesso em: 27 de novembro de 2007

<sup>87</sup> Organização Internacional do Trabalho. *Maternity Protection Convention (Revised)*, 2000. Disponível em: <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C103> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

<sup>88</sup> Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, 2007.

mulher vai levar uma dupla e tripla jornada de trabalho, entrando num mercado de trabalho com moldes masculinos, se exaustando dentro e fora de casa. É também relevante levar em conta a importância da mulher não deixar sua feminilidade de lado, não acreditando que somente imitando os homens terão poder e serão livres. São necessárias soluções para o problema da combinação do trabalho e maternidade e uma revisão do que é ser mulher.

É perceptível que atualmente as mulheres estão conquistando mais espaço na área da educação e no campo profissional. Mas ainda assim, as mulheres em altos cargos são poucas e as relações de trabalho são profundamente marcadas pelo ethos masculino. A mulher, tendo a mesma oportunidade de educação, deveria ser tratada como igual na profissão, mas isso nem sempre acontece.

*“É complicado competir com homens num mundo que ainda é tão machista. Porque até pouco tempo atrás, bastava você ser homem que era melhor para o trabalho do que uma mulher. Nem precisava ser muito inteligente nem nada, era só ser homem e pronto. O poder era do homem. E por isso as mulheres foram brigar por um espaço na profissão, mas ainda hoje, ser homem muitas vezes conta muito para conseguir um cargo bom<sup>89</sup>”.*

Vemos que há medidas sendo tomadas por algumas organizações e governos em prol de melhorias para as mulheres. No entanto, a dominação masculina é muito difícil de transpor quando a mentalidade da população ainda segue os padrões antigos. A mídia, por exemplo, retrata a mulher como apenas um símbolo de sensualidade ou como a pessoa que não sabe administrar bem o dinheiro, quer sempre gastar tudo. Isso acaba por perpetuar a imagem da mulher como não tão boa quanto um homem e pode prejudicá-la quando buscar um emprego relacionado com finanças e economia, por exemplo.

Além de lutar por um espaço no campo profissional, a mulher tem que provar que não é como o estereótipo passado pela mídia e por regras formais e informais e que a maternidade não é um obstáculo para o seu sucesso profissional.

*“Tive que me manter forte para agüentar a pressão do meio de trabalho. Trabalhar num lugar majoritariamente masculino tem seus desafios e provar que você pode ser tão boa quanto qualquer um deles leva um tempinho. Hoje já sou bem respeitada, mas precisei me esforçar bastante pra demonstrar minha competência”.*

---

<sup>89</sup> Entrevista feita com uma mulher de 51 anos, separada pela segunda vez, dois filhos, trabalha no Itamaraty.

Buscou-se a emancipação da mulher vindo no mercado a forma de conquistar a autonomia e a libertação da mulher, onde a dominação por parte dos homens foi entendida como baseada em estruturas econômicas. Assim, o foco principal era o trabalho, na batalha pela transformação da condição feminina na sociedade.

É certo que a mulher deve ter o direito de trabalhar em qualquer trabalho que escolher, mesmo aqueles considerados masculinos. Mas não vem disto a libertação da mulher. A maioria das mulheres não busca ser mineradoras, comandantes de guerra ou mesmo caminhoneiras, ainda que o direito de poder optar por ser seja muito importante. Mas entrando nessas áreas, a mulher simplesmente se adaptou ao modelo masculino, não colocando os seus moldes no trabalho. A mulher entrou na área de trabalho sem criar algo novo, mas simplesmente imitando o homem. Trocou-se a mão de obra masculina pela feminina e a maioria em trabalhos sem muita qualificação.

*“Acho que a mulher mudou bastante. Continua feminina nos aspectos exteriores, gosta de maquiagem, de se arrumar, mas tá bem mais independente, mais ativa (...) só que ela tem que carregar também um fardo maior. Ela não deixou de ter as obrigações domésticas, maternas, ainda que talvez não tenha que varrer a casa ou limpar o banheiro, tem que cuidar se o filho fez o dever, cuidar da comida da casa, essas coisas. São poucos os homens que ajudam nessas coisas. A mulher conseguiu trabalhar fora, mas acumulou funções. E aí tá faltando coisa, falta mudar coisas no trabalho, falta mudar o pensamento do homem.”*

Uma vez que já podiam circular nas ruas, trabalhar, cuidar dos filhos, as mulheres desenvolveram uma autonomia necessária para manter suas vidas, no entanto, não estavam excluídas do contexto de dominação masculina, pois essa autonomia não garantia a ausência de coação por parte dos homens.

Ao colocar a família como espaço de opressão e entendendo o mercado de trabalho como projeto de libertação, a mulher se encontrou diante de um impasse, estigmatizando a maternidade e não levando em conta que para muitas delas, o trabalho era uma necessidade premente de complementação de renda ou até mesmo garantia de sustento e não uma fonte de realização. O trabalho pode ser uma necessidade imposta pelas condições sócio-econômicas. Isso remete, mais uma vez, às opressões de gênero e classe, já que se as oportunidades fossem iguais, as mulheres poderiam determinar suas vidas autonomamente.

A maioria das mulheres ainda define sucesso profissional como trabalho árduo e com direitos mínimos. Poucas têm o desejo de conseguir um trabalho, por exemplo, no

campo científico. Buscam mais profissões tidas como femininas. Ainda lhes é dito o que é “conveniente” ou não para a mulher, acabando por acatar, sem perceber, as expectativas de um mundo sexualmente dividido sobre elas.

Neste sentido, podemos retomar Bourdieu, que afirmava:

*“através das esperanças subjetivas que elas impõem, as ‘expectativas coletivas’, positivas ou negativas, tendem a se inscrever nos corpos sob forma de disposições permanentes. Assim, segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estas lhes serem recusados<sup>90</sup>”.*

Esta teoria é propícia para explicar os direcionamentos, as expectativas das mulheres perante o mundo e a vida que se lhes abre. O *habitus* pode ser pensado como estrutura estruturante destas expectativas, recorrendo às estruturas da divisão social dos gêneros. Scott também explica que *“gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, ou melhor, é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado<sup>91</sup>”*.

A sociedade acaba determinando o horizonte não somente do possível ser desejado, mas do passível de ser desejado. O *habitus* da mulher mudou com o passar dos anos, mas o do homem pouco mudou.

A mulher foi se tornando independente, autônoma e o homem continuou com sua imagem de provedor, muitos com um pensamento machista.

*“Tem muita mulher que considera o mais importante ser independente financeiramente, fala com orgulho ‘eu não quero casar’ ou ‘não sei nem fritar um ovo’, que não querem nada que tenha a ver com casa, como se isso fosse um defeito, sabe? Como se a mulher que se dedica ao lar fosse inferior, como se fosse a pior coisa do mundo. Eu não acho isso, acho que a mulher livre deve ter a opção de querer trabalhar fora, mas se quiser não trabalhar fora ou passar um tempo afastada deve fazer isso. Qual é o problema de cuidar da casa, ter filhos, cozinhar? Não acho que quem trabalhe fora seja mais feliz só por isso, por sinal acho que muitas não são. Que só trabalham porque foi isso que sempre ouviram que deveriam fazer para ser realmente uma mulher, é mentira”.*

*“Não sei muito bem como explicar, mas acho que a mulher mudou muito e muitas de uma forma extrema demais. Não sei, querem ser muito como os homens, não acho isso legal. Acho muito importante*

---

<sup>90</sup> Bourdieu, op. cit., p. 77

<sup>91</sup> Scott apud Oliveira, 1997.

*que a gente esteja brigando por altos cargos com os homens, mas pra isso não tem que ser exatamente como eles (...) vejo muitas mulheres que eu conheço e que são auto-suficientes demais, e acabam sempre sozinhas. Os homens não conseguiram muito acompanhar a nossa mudança, querem mulheres boazinhas, disponíveis para eles e não que essas mega mulheres do trabalho. Conheço várias, e a maioria tá sozinha”.*

É certo que a mulher com uma melhor educação vai ter mais chance de concorrer na esfera profissional. Ela já não quer ficar só em casa, ainda que seja de extrema importância que ela tenha a liberdade de fazer isso. Portanto, é papel da mulher não somente adaptar-se ao mercado de trabalho masculino, mas lutar por políticas que favoreçam a mulher. O homem não vai voltar a ser o único provedor, portanto medidas que permitam que a mulher combine trabalho e família de forma menos pesada são essenciais. A mulher deve entrar no campo público, sem ter que sacrificar o campo privado e podendo ser apenas ela mesma, uma mulher.

## CONCLUSÃO

Compreendendo a longa trajetória da mulher na luta contra a dominação masculina, procurou-se mostrar com esse trabalho que a mulher é um ser humano capaz, que é apta a viver em igualdade com os homens, respeitando as diferenças.

O estudo da dinâmica populacional, particularmente da transição da fecundidade, requer a compreensão da dinâmica econômica, social e cultural do progresso de desenvolvimento econômico e, em especial, das mudanças nas relações de gênero.

A queda nas taxas de fecundidade é um fenômeno que está se alastrando por todo o mundo, diferenciando-se de acordo com os países e regiões do planeta. Viu-se que a mulher é o principal alvo dos programas que buscam controlar o crescimento da população. O acesso a meios contraceptivos se deu quase como imposição estatal, em vários países, para alcançar objetivos de controle demográfico. E essas tecnologias contraceptivas são majoritariamente voltadas para as mulheres e seus corpos enquanto o controle permanece nas mãos dos homens.

Ainda que a mulher tenha conquistado muito mais autonomia, a dominação masculina pode ser observada atualmente em praticamente todas as atividades. Mesmo quando a mulher trabalha fora, acumula a dupla jornada de trabalho. Dificilmente o homem se dispõe a dividir com a mulher as tarefas domésticas. Embora tal fato venha se modificando e existam alguns homens que já se propõem a essa divisão, a mulher na maioria dos casos fica sobrecarregada com todo o trabalho de casa e fora.

Na sociedade em geral, a mulher é discriminada no mercado de trabalho, obrigada a aceitar as posições de menor visibilidade e menor salário, mesmo quando demonstra capacidade e desempenha as mesmas tarefas executadas pelos homens. Além disso, está sempre receando ser prejudicada no trabalho quando quer se dedicar um pouco à área familiar.

Nesse sentido, podemos dizer que a mulher tem sido discriminada durante o longo processo de desenvolvimento da humanidade, através da construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas, que objetivaram a sua submissão.

Ao longo da história, gradativamente, foram sendo introduzidos métodos de novas formas de dominação masculina. Porém, nas últimas décadas, as mulheres têm conseguido muitos avanços, provocando transformações em todo o mundo, alterando

suas condições de vida e o comportamento em sociedade. Em busca de condições mais dignas, igualitárias e justas, abriram portas para áreas antes exclusivamente masculinas, conquistando definitivamente espaços no mercado de trabalho e participação na esfera pública.

Convenções internacionais debatem os direitos da mulher, organizações internacionais colocam no papel o que é de direito da mulher. Novas políticas vêm sendo adotadas buscando beneficiar as mulheres. Vários países já adotam licenças maternidade que concedem a mulher a possibilidade de conciliar sua vida profissional com o trabalho.

Cresce a percepção de que a mulher não precisa ser igual em tudo ao homem, não há necessidade para tanta radicalidade. A mulher pode ser mulher, pode ser mãe e trabalhadora. A mulher livre deve poder optar por trabalhar ou não, por casar ou não, por ser mãe ou não. A mulher livre opta por aquilo que vai fazê-la se sentir realizada.

A mulher atualmente batalha, denuncia desigualdades e injustiças, superam seus próprios dramas de vida, vai à luta em busca de melhores condições para si e sua família.

No entanto, as várias formas de violência e discriminação não desapareceram, enquanto mecanismos de controle e reprodução das desigualdades, constituindo-se em método para intimidar e subordinar as mulheres, mantendo o desequilíbrio de poder nas relações e marcando a dominação masculina. Para conviver com essa realidade “fingem” não entender a “cantada” do chefe para garantir o emprego, sufocam seus sonhos de constituir uma família e ter mais filhos, maltratam a si mesmas tentando ser igual a um ser que não são.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As Políticas Populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **The Second Sex**. London: Vintage Classics, 1949/1997.

**BIT: Key Indicators of the Labour Market**, Quarta Edição. Genebra, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

**CEDAW**, supra note 7, at art. 10 (h).

COLLIN, Françoise. **Práxis de la différence**. Paris: Les Cashiers du Grief, 1992.

CORRÊA, S, ÁVILA, M.B. **Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiro**. In: Berquó, E. (org). *Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, 2003.

D'ADDIO, A.C.. **Trends and determinants of fertility rates in OECD countries: The role of policies**. Paris: OCDE, 2005.

**Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

LAQUER, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOBO, Elisabeth Souza. **Mulheres, feminismo e novas práticas sociais**. *Revista de Ciências Sociais*. N.1, vol.1, Poerto Alegre; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

MALTHUS, Thomas. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOI, Toril and BEAUVOIR, Simone de. **The making of an intellectual woman**. Oxford: Blackwell Publishers: 1994.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da diferença: O feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PIERUCCI, Antonio Flavio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.  
**Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho**. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, 2007.

Relatório National Security Study Memorandum 200. **Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests.** Washington D.C., 1974.

SAYÃO, Débora Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perot e Pierre Bourdieu.** Inc Revista Perspectiva, v.21 n.01. Florianópolis: Editora da NUP/CED, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1991.

TILLY, Louise. **Gênero, história das mulheres e história social.** In: Cadernos Pagu . Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, 1994.

UNITED NATIONS. **Department of Social Affairs – Economic and social factors effecting morality.** In: Hauser. The determinates and consequences of population trends. New York, 1953.

UNITED NATIONS. **Final Act of the International Conference on Human Rights,** art. 16, 1968.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations World Population Conference.** para. F, 1974.

**Universal Declaration of Human Rights.** supra note 7, at art. 3.

## INTERNET

**Child Policy International.** Disponível em:  
<http://www.childpolicyintl.org/issuebrief/issuebrief5table1.pdf> Acesso em: 27 de novembro de 2007

Disponível em: <http://www.cspb.org.br/noticias.php?2007/11/09/licen-a-maternidade-de-seis-meses-tem-avan-o-na-c-mara.html> Acesso em: 27 de novembro de 2007

JESÚS, Antônia de. **Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde.** Disponível em:  
<http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1997/tuestaajam/capa.pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2007.

Organização Internacional do Trabalho. **Maternity Protection Convention (Revised),** 2000. Disponível em: <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C103> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

**Population Growth Forum.** Disponível em: <http://www.deathreference.com/Nu-Pu/Population-Growth.html> Acesso no dia: 09 de novembro de 2007.

SOIHET, Rachel. **Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo.**  
Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text34.PDF> Acesso em: 24 de outubro de 2007.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres e Relações de Gêneros: algumas reflexões.**  
Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF> Acesso em: 31 de outubro de 2007.

UNITED NATIONS. **Fertility levels and trends in countries with intermediate levels of fertility**, Population Division – 2002. Disponível em:  
[http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedFFPSPOPDI\\_Vpaper.PDF](http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedFFPSPOPDI_Vpaper.PDF) Acesso em: 16 de novembro de 2007.

UNITED NATIONS. **The World's Women: trends and Statistics.** New York, 2005.  
Disponível em:  
<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/indwm/ww2005/tab5c.htm> Acesso em: 15 de novembro de 2007.